



**MINISTÉRIO DA FAZENDA**

# **RESULTADO DO TESOURO NACIONAL**

Brasília, agosto/2009

**MINISTRO DA FAZENDA**

Guido Mantega

**SECRETÁRIO-EXECUTIVO**

Nelson Machado

**SECRETÁRIO DO TESOURO NACIONAL**

Arno Hugo Augustin Filho

**CHEFE DE GABINETE**

Lindemberg de Lima Bezerra

**SECRETÁRIOS-ADJUNTOS**

Cleber Ubiratan de Oliveira

Eduardo Coutinho Guerra

Líscio Fábio de Brasil Camargo

Marcus Pereira Aucélio

Paulo Fontoura Valle

**COORDENADORA-GERAL DE ESTUDOS ECONÔMICO-FISCAIS**

Fabiana Magalhães Almeida Rodopoulos

**EQUIPE**

Andresa Costa Biason

Angela Carballido Fernandez

Bruno Fabrício Ferreira da Rocha

Felipe Augusto Trevisan Ortiz

Felipe Palmeira Bardella

Heliane Bertullucci Fernandes

Heloisa Teixeira Saito

Janet Maria Pereira

Renato Nogueira Starling

**O RESULTADO DO TESOURO NACIONAL** é uma publicação mensal da Secretaria do Tesouro Nacional (STN), elaborada pela Coordenação-Geral de Estudos Econômico-Fiscais.

É permitida a reprodução total ou parcial do conteúdo desta publicação desde que mencionada a fonte.

**Distribuição:**

(61) 3412-3970/3971

**Informações:**

Tel: (61) 3412-2203

Fax: (61) 3412-1700

**Correio Eletrônico:** [cesef.df.stn@fazenda.gov.br](mailto:cesef.df.stn@fazenda.gov.br)

**Home Page:** <http://www.tesouro.fazenda.gov.br>

Ministério da Fazenda

Esplanada dos Ministérios, bloco "P", 2o andar

70048-902 - Brasília-DF

*Para assegurar a tempestividade e atualidade do texto, a revisão desta publicação é necessariamente rápida, razão pela qual podem subsistir eventuais erros.*

ISSN 1519-2970

Referência bibliográfica

BRASIL. Secretaria do Tesouro Nacional. Resultado do Tesouro Nacional. Brasília: STN, v. 15, n. 7, julho 2009. 30p. Mensal. ISSN 1519-2970.

Resultado do Tesouro Nacional / Secretaria do Tesouro Nacional. – vol. 1, n. 1 (1995)- . – Brasília : , STN, 1995- .

Continuação de: Demonstrativo da execução financeira do Tesouro Nacional.

ISSN 1519-2970

1.Finanças Públicas 2.Tesouro Nacional 3.Fazenda Pública I. Brasil. Secretaria do Tesouro Nacional

**RESULTADO FISCAL DO GOVERNO CENTRAL**

O resultado primário do Governo Central em julho de 2009 foi superavitário em R\$ 1,4 bilhão, contra déficit de R\$ 615,8 milhões em junho. O Tesouro Nacional contribuiu para o desempenho do mês com superávit de R\$ 4,6 bilhões, enquanto a Previdência Social (RGPS) apresentou déficit de R\$ 3,1 bilhões. O Banco Central, por sua vez, registrou déficit de R\$ 63,8 milhões.

*O resultado primário do Governo Central em julho de 2009 foi superavitário em R\$ 1,4 bilhão contra déficit de R\$ 615,8 milhões em junho.*

**TABELA 1**  
**RESULTADO PRIMÁRIO DO GOVERNO CENTRAL (\*)**  
**BRASIL, 2008-2009**

DISCRIMINAÇÃO DO RESULTADO	R\$ Milhões			
	JUN 2009	JUL 2009	JAN-JUL 2008	JAN-JUL 2009
<b>I. RECEITA TOTAL</b>	<b>55.031,9</b>	<b>60.323,9</b>	<b>407.790,0</b>	<b>401.680,4</b>
<b>I.1. Receitas do Tesouro</b>	<b>40.775,0</b>	<b>45.857,3</b>	<b>320.126,1</b>	<b>304.249,6</b>
I.1.1. Receita Bruta (1)	42.707,7	48.270,7	325.106,0	310.274,9
I.1.2. (-) Restituições	-1.932,7	-2.413,4	-4.979,9	-5.970,4
I.1.3. (-) Incentivos Fiscais	0,0	0,0	0,0	-54,8
<b>I.2. Receitas da Previdência Social</b>	<b>14.063,9</b>	<b>14.287,4</b>	<b>86.732,9</b>	<b>96.252,4</b>
I.2.1. Receitas da Previdência Social - Urbano (2)	13.642,2	13.925,5	83.917,4	93.629,1
I.2.2. Receitas da Previdência Social - Rural (2)	421,7	361,8	2.815,5	2.623,3
<b>I.3. Receitas do Banco Central</b>	<b>193,1</b>	<b>179,2</b>	<b>930,9</b>	<b>1.178,4</b>
<b>II. TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS E MUNICÍPIOS</b>	<b>12.915,2</b>	<b>7.796,1</b>	<b>72.504,8</b>	<b>72.460,4</b>
<b>III. RECEITA LÍQUIDA TOTAL (I-II)</b>	<b>42.116,7</b>	<b>52.527,8</b>	<b>335.285,2</b>	<b>329.220,1</b>
<b>IV. DESPESA TOTAL</b>	<b>42.732,6</b>	<b>51.088,5</b>	<b>266.705,1</b>	<b>309.136,2</b>
<b>IV.1. Despesas do Tesouro</b>	<b>25.067,9</b>	<b>33.464,5</b>	<b>158.486,8</b>	<b>187.049,1</b>
IV.1.1. Pessoal e Encargos Sociais (1)	11.348,2	14.375,4	72.617,8	86.512,2
IV.1.2. Custeio e Capital	13.631,2	18.999,6	85.417,8	99.915,9
IV.1.2.1. Despesa do FAT	1.925,4	4.926,0	10.876,5	15.572,0
IV.1.2.2. Subsídios e Subvenções Econômicas (3)	-1.368,2	768,1	3.794,9	692,5
IV.1.2.3. Benefícios Assistenciais (LOAS/RMV)	1.598,3	1.593,2	9.171,7	10.829,3
IV.1.2.4. Outras Despesas de Custeio e Capital	11.475,7	11.712,2	61.574,8	72.822,1
IV.1.2.4.1. Outras Despesas de Custeio	8.727,0	8.722,3	48.709,7	57.807,1
IV.1.2.4.2. Outras Despesas de Capital	2.748,7	2.989,9	12.865,1	15.015,0
IV.1.3. Transferência do Tesouro ao Banco Central	88,5	89,6	451,3	621,0
<b>IV.2. Despesas da Previdência Social (Benefícios)</b>	<b>17.445,3</b>	<b>17.380,8</b>	<b>107.066,4</b>	<b>120.622,0</b>
IV.2.1. Benefícios Previdenciários - Urbano (2)	13.950,0	13.912,5	85.785,8	96.468,4
IV.2.2. Benefícios Previdenciários - Rural (2)	3.495,3	3.468,3	21.280,6	24.153,5
<b>IV.3. Despesas do Banco Central</b>	<b>219,4</b>	<b>243,1</b>	<b>1.151,8</b>	<b>1.465,1</b>
<b>V. FUNDO SOBERANO DO BRASIL - FSB (4)</b>	<b>0,0</b>	<b>0,0</b>	<b>0,0</b>	<b>0,0</b>
<b>VI. RESULTADO PRIMÁRIO GOVERNO CENTRAL (III - IV - V)</b>	<b>-615,8</b>	<b>1.439,4</b>	<b>68.580,1</b>	<b>20.083,9</b>
VI.1. Tesouro Nacional	2.792,0	4.596,7	89.134,5	44.740,2
VI.2. Previdência Social (RGPS) (5)	-3.381,4	-3.093,5	-20.333,5	-24.369,6
VI.2.1. Previdência Social (RGPS) - Urbano (2)	-307,8	13,0	-1.868,4	-2.839,4
VI.2.2. Previdência Social (RGPS) - Rural (2)	-3.073,6	-3.106,5	-18.465,1	-21.530,3
VI.3. Banco Central (6)	-26,3	-63,8	-220,9	-286,7
<b>VII. RESULTADO PRIMÁRIO/PIB</b>			<b>4,16%</b>	<b>1,17%</b>

\* Dados revisados, sujeitos a alteração. Não inclui receitas de contribuição do FGTS e despesas com o complemento da atualização monetária, conforme previsto na Lei Complementar nº 110/2001.

(1) Exclui da receita da Contribuição para o Plano da Seguridade Social (CPSS) e da despesa de pessoal a parcela patronal da CPSS do servidor público federal, sem efeitos no resultado primário consolidado.

(2) Fonte: Ministério da Previdência Social. A apuração do resultado do RGPS por clientela urbana e rural é realizada pelo Min. da Previdência Social segundo metodologia própria.

(3) Inclui despesas com subvenções aos fundos regionais e, a partir de 2005, despesas com reordenamento de passivos.

(4) Despesa correspondente a integralização de cotas do FSB no Fundo Fiscal de Investimento e Estabilização - FFIE, conforme previsto na Lei nº 11.887/2008, na MP nº 452/2008 e no Decreto nº 6.713/2008.

(5) Receita de contribuições menos benefícios previdenciários.

(6) Despesas administrativas líquidas de receitas próprias (inclui transferência do Tesouro Nacional).

**PRINCIPAIS VARIAÇÕES**  
**ACUMULADO: 2009/2008**

DISCRIMINAÇÃO	%
<b>Receitas</b>	<b>-1,50%</b>
Tesouro	-4,96%
Previdência	10,98%
<b>Transferências</b>	<b>-0,06%</b>
<b>Receita Líquida</b>	<b>-1,81%</b>
<b>Despesas</b>	<b>15,91%</b>
Benefícios	12,66%
Pessoal	19,13%
Custeio e Capital	16,97%
FAT	43,17%
Subsídios	-81,75%
LOAS/RMV	18,07%
Outras	18,27%
Custeio	18,68%
Capital	16,71%
<b>PIB estimado</b>	<b>3,75%</b>

**RESULTADO DO GOVERNO CENTRAL**  
**BRASIL, JAN-JUL (% do PIB)**

DISCRIMINAÇÃO	2008	2009
Receita Total	24,73%	23,48%
Transferências	4,40%	4,24%
<b>Receita Líquida</b>	<b>20,33%</b>	<b>19,24%</b>
Despesa Total	16,17%	18,07%
<b>Resultado Primário</b>	<b>4,16%</b>	<b>1,17%</b>

Relativamente à receita bruta do Tesouro Nacional, houve acréscimo de R\$ 5,6 bilhões (13,0%), passando de R\$ 42,7 bilhões em junho para R\$ 48,3 bilhões em julho. Essa evolução decorre, principalmente, dos seguintes fatores:

i) aumento de R\$ 2,5 bilhões na arrecadação do IRPJ e de R\$ 1,6 bilhão na da CSLL, em função do pagamento, em julho, da 1ª cota ou cota única do IRPJ e CSLL referente à apuração trimestral encerrada em junho;; ii) redução de R\$ 2,6 bilhões do valor arrecadado do IRRF – Rendimentos do Capital, decorrente do recolhimento semestral verificado em junho, em conformidade com a Lei nº-10.892/2004; e iii) a elevação de R\$ 1,8 bilhão na arrecadação da cota-parte de compensações, devido ao pagamento trimestral de royalties relativos à extração de petróleo no mês de julho.

PRINCIPAIS VARIAÇÕES ACUMULADO JAN-JUN: %		
DISCRIMINAÇÃO	08/07	09/08
<b>Receitas</b>	<b>17,7%</b>	<b>-1,5%</b>
Tesouro	17,8%	-5,0%
Previdência	17,2%	11,0%
<b>Transferências</b>	<b>20,7%</b>	<b>-0,1%</b>
<b>Receita Líquida</b>	<b>17,0%</b>	<b>-1,8%</b>
<b>Despesas</b>	<b>11,7%</b>	<b>15,9%</b>
Benefícios	9,2%	12,7%
Pessoal	9,3%	19,1%
Custeio e Capital	16,9%	17,0%
FAT	16,0%	43,2%
Subsídios	6,4%	-81,8%
LOAS/RMV	19,6%	18,1%
Outras	17,4%	18,3%
Custeio	11,2%	18,7%
Capital	48,6%	16,7%
<b>PIB estimado</b>	<b>12,0%</b>	<b>3,7%</b>

Em julho, as transferências a Estados e Municípios totalizaram R\$ 7,8 bilhões, contra R\$ 12,9 bilhões no mês anterior, apresentando diminuição de 39,6% em termos nominais. As transferências constitucionais registraram R\$ 6,2 bilhões, com redução de 22,9% frente a junho de 2009, reflexo da menor arrecadação dos tributos compartilhados (IR e IPI), principalmente no primeiro decêndio de julho.

As transferências referentes à Lei Complementar nº 115/2002 retornaram ao patamar de R\$ 162,5 milhões, registrando uma diminuição de 92,3% frente aos R\$ 2,1 bilhões computados em junho. Essa trajetória se explica pelo auxílio financeiro para fomento às exportações, no valor de R\$ 1.950,0 milhões, transferido aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios em junho, sob o amparo da Medida Provisória nº 464, de 9 de junho de 2009, sem correspondente em julho.

TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS E MUNICÍPIOS BRASIL, 2009 (R\$ milhões)		
DISCRIMINAÇÃO	JUN/09	JUL/09
Constitucionais (IR/IPI/outros)	8.079,4	6.232,7
CIDE-Combustíveis	-	254,0
Lei Comp. nº 115/2002 <sup>1</sup>	2.112,5	162,5
Demais	2.723,2	1.147,0
<b>Total</b>	<b>12.915,2</b>	<b>7.796,1</b>

<sup>1</sup> Inclui auxílio financeiro

As demais transferências apresentaram decréscimo de R\$ 1,6 bilhão (57,9%), sendo essa queda explicada pelo fluxo financeiro dos repasses do Fundeb, estabelecido pela Portaria Interministerial MEC/MF nº 408/09. Nesse sentido, houve uma antecipação da parcela de junho (desembolso previsto para julho, mas realizado em junho), o que explica a inexistência de repasses neste mês.

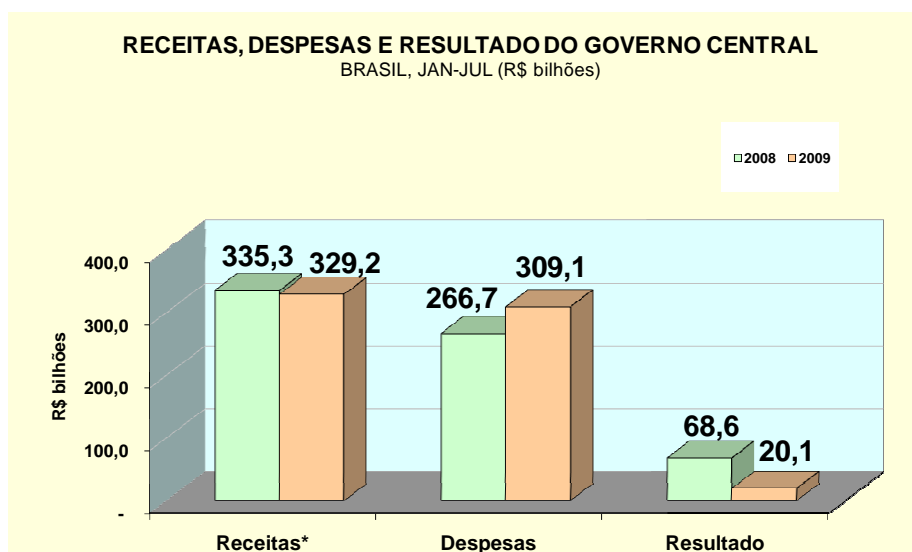
Do lado dos dispêndios, verificou-se crescimento de R\$ 8,4 bilhões (33,5%) nas despesas do Tesouro Nacional em relação a junho, explicado: i) pelo crescimento de R\$ 5,4 bilhões (39,4%) dos dispêndios de custeio e capital e ii) pelo aumento de R\$ 3,0 bilhões (26,7%) dos gastos com pessoal e encargos sociais decorrente do adiantamento da parcela da gratificação natalina aos servidores do Poder Executivo Federal.

O déficit da Previdência Social diminuiu 8,5% (R\$ 287,9 milhões) relativamente a junho, passando de R\$ 3,4 bilhões para R\$ 3,1 bilhões. Na segregação do resultado por clientela, a parcela urbana do RGPS apresentou superávit de R\$ 13,0 milhões no mês, contra resultado deficitário de R\$ 307,8 milhões em junho,

*No acumulado de janeiro a julho de 2009, o resultado primário do Governo Central foi superavitário em R\$ 20,1 bilhões, equivalente a 1,17% do PIB.*

enquanto que a parcela rural manteve o déficit de R\$ 3,1 bilhões registrado no mês anterior.

No acumulado de janeiro a julho, o resultado do Governo Central foi superavitário em R\$ 20,1 bilhões, contra R\$ 68,6 bilhões registrados em igual período de 2008. Tal evolução decorre de fatores atípicos ocorridos neste e naquele exercícios. As receitas do Governo Central, líquidas de transferências aos Estados e Municípios, apresentaram redução nominal de 1,8% no período, enquanto as despesas do Governo Central apresentaram elevação de 15,9%.



A receita bruta do Tesouro Nacional apresentou redução de 4,6% (R\$ 14,8 bilhões) relativamente ao período de janeiro a julho de 2008, explicada, principalmente, pelos seguintes fatores: i) alterações na legislação tributária, especialmente em relação ao IPI; ii) redução de 13,4% na produção industrial, no período de janeiro a junho de 2009 comparativamente ao mesmo período de 2008, o que impacta a arrecadação do IPI; iii) compensação, no ano corrente, de débitos de Cofins, PIS/Pasep e CIDE-Combustíveis, por pagamento indevido ou a maior realizado em período anterior; e iv) queda na arrecadação de IRPJ, refletindo a redução da lucratividade das empresas.

As despesas do Tesouro Nacional aumentaram 18,0% em termos nominais relativamente às verificadas no mesmo período de 2008, em decorrência, principalmente, dos seguintes fatores: i) elevação de R\$ 2,7 bilhões no volume de pagamento de precatórios e sentenças judiciais de custeio e de pessoal; ii) efeito de reestruturação de carreiras e remunerações dos servidores; e iii) maior dinâmica das despesas discricionárias, as quais se elevaram em R\$ 11,1 bilhões, com destaque para a execução do Ministério da Saúde, superior em R\$ 5,8 bilhões ao realizado no ano anterior. Por outro lado, as despesas com créditos extraordinários se reduziram em

*A evolução das receitas do Tesouro Nacional no acumulado do ano decorreu, em grande medida, da compensação de débitos de Cofins, PIS/Pasep e CIDE-Combustíveis e das desonerações ocorridas no período.*

*O crescimento das despesas do Tesouro Nacional em 2009 decorreu do pagamento de precatórios e sentenças judiciais de custeio e de pessoal, da dinâmica das despesas discricionárias e do incremento de 16,7% dos gastos com investimentos.*

R\$ 1,9 bilhão. Cumpre salientar o incremento de R\$ 2,2 bilhões (16,7%) dos investimentos no acumulado de 2009 relativamente ao mesmo período de 2008.

Por fim, o déficit da Previdência Social elevou-se em 19,8% (R\$ 4,0 bilhões) relativamente à mesma base de comparação de 2008, passando de R\$ 20,3 bilhões para R\$ 24,4 bilhões. A arrecadação líquida apresentou aumento de R\$ 9,5 bilhões (11,0%), explicado, sobretudo, pelo crescimento da massa salarial, que repercute nas contribuições sobre a folha de pagamento. Por outro lado, as despesas com benefícios previdenciários cresceram R\$ 13,6 bilhões (12,7%) em decorrência do aumento de 11,1% no valor médio benefícios pagos, consequência do reajuste do salário mínimo e do aumento dos benefícios com valores acima do piso, e da elevação de 3,3% na quantidade média mensal de benefícios pagos. Destaca-se também a elevação de R\$ 821,7 milhões no pagamento com precatórios judiciais de benefícios previdenciários.

Na segregação por clientela, a parcela urbana do RGPS apresentou déficit de R\$ 2,8 bilhões, que corresponde a 11,7% do déficit total do regime, e a parcela rural registrou déficit de R\$ 21,5 bilhões (88,3% do déficit do RGPS).

A receita bruta do Tesouro Nacional totalizou R\$ 48,3 bilhões em julho contra R\$ 42,7 bilhões verificados em junho de 2009 (crescimento de 13,0%). Este comportamento é explicado pelo acréscimo de R\$ 2,3 bilhões nas receitas de contribuições e de R\$ 2,9 bilhões nas demais receitas.

As receitas de impostos federais totalizaram R\$ 21,8 bilhões e as de contribuições R\$ 18,5 bilhões em julho, apresentando, respectivamente, aumentos de R\$ 366,8 milhões (1,7%) e de R\$ 2,3 bilhões (14,5%) em relação aos valores apurados em junho. Essa evolução reflete: i) o aumento de R\$ 2,5 bilhões na arrecadação do IRPJ e de R\$ 1,6 bilhões na da CSLL, em função do pagamento, em julho, da 1ª cota ou cota única desses tributos devido à sua apuração trimestral em junho; e ii) a redução de R\$ 2,6 bilhões do valor arrecadado do IRRF – Rendimentos do Capital decorrente da arrecadação semestral desse tributo ocorrida no mês de junho, em conformidade com a Lei nº 10.892/2004, sem correspondência em julho.

As demais receitas do Tesouro Nacional totalizaram R\$ 7,9 bilhões no mês contra R\$ 5,1 bilhões registrados em junho de 2009, apresentando crescimento de R\$ 2,9 bilhões (56,1%). As principais variações nesse grupo foram: i) a elevação de R\$ 1,8 bilhão (171,3%) na arrecadação da cota-parte de compensações, devido ao pagamento trimestral de royalties relativos à extração de petróleo no mês de julho; ii) o aumento de R\$ 583,8 milhões (51,4%) na arrecadação de dividendos; e iii) o crescimento de R\$ 398,9 milhões (24,5%) das receitas diretamente arrecadadas.

RESULTADO DA PREVIDÊNCIA BRASIL, JAN-JUL (R\$ bilhões)			
DISCRIMINAÇÃO	2008	2009	%
Contribuição	86.732,9	96.252,4	11,0%
Urbano	83.917,4	93.629,1	11,6%
Rural	2.815,5	2.623,3	-6,8%
Benefícios	107.066,4	120.622,0	12,7%
Urbano	85.785,8	96.468,4	12,5%
Rural	21.280,6	24.153,5	13,5%
<b>Res. Primário</b>	<b>-20.333,5</b>	<b>-24.369,6</b>	<b>19,8%</b>
Urbano	-1.868,4	-2.839,4	52,0%
Rural	-18.465,1	-21.530,3	16,6%

## Receitas do Tesouro em relação ao mês anterior

*A receita bruta do Tesouro Nacional cresceu 13,0% relativamente ao mês anterior, refletindo a arrecadação trimestral do IRPJ e da CSLL e o pagamento de royalties do petróleo.*

RECEITA BRUTA DO TESOURO NACIONAL BRASIL, 2009 (R\$ Milhões)		
DISCRIMINAÇÃO	jun/09	jul/09
<b>Impostos</b>	<b>21.455,9</b>	<b>21.822,7</b>
Imposto de Renda	16.385,1	16.492,3
IPI	2.407,4	2.449,6
Outros	2.663,4	2.880,8
<b>Contribuições</b>	<b>16.159,1</b>	<b>18.499,4</b>
Cofins	9.399,5	9.831,3
CPMF	11,8	10,7
CSLL	2.757,8	4.355,8
Cide - Combustíveis	379,7	529,9
Outras	3.610,2	3.771,7
<b>Demais</b>	<b>5.092,7</b>	<b>7.948,6</b>
Cota parte	1.063,3	2.884,4
Diretamente Arrecadada	1.630,6	2.029,5
Dividendos da União	1.135,9	1.719,6
Concessões	42,7	111,6
Outras	1.220,2	1.203,4
<b>Total Bruto</b>	<b>42.707,7</b>	<b>48.270,7</b>

¹ Os valores referentes a retenção na fonte e Refis foram distribuídos nos respectivos tributos.

De janeiro a julho de 2009, a receita bruta do Tesouro Nacional alcançou R\$ 310,3 bilhões, apresentando decréscimo de R\$ 14,8 bilhões (4,6%) quando comparada ao mesmo período de 2008. Como proporção do PIB, a receita bruta atingiu 18,1%, contra 19,7% no período de janeiro a julho de 2008.

A diminuição na arrecadação de impostos e contribuições decorreu, principalmente, dos seguintes fatores:

- decrécimo de R\$ 5,5 bilhões (25,2%) na arrecadação do IPI, explicado principalmente pelos itens: i) IPI – Bebidas, em função da alteração da sistemática da tributação do setor de bebidas, conforme Leis nº 11.727/2008 e nº 11.827/2008, e mudança do período de apuração, de decendial para mensal, em conformidade com a Lei nº 11.774/2008; ii) IPI - Automóveis, decorrente da alteração da tabela de incidência do imposto para os fatos geradores de janeiro a dezembro de 2009 e criação de mecanismo que permitiu a utilização da nova tabela também para o estoque de veículos não negociados até 12 de dezembro de 2008, conforme Decretos nº 6.687/2008, nº 6.809/2009 e nº 6.890/2009; e iii) IPI - Outros, devido à queda de 13,4% na produção industrial no acumulado de janeiro a junho de 2009 relativamente ao mesmo período de 2008. As arrecadações desse tributo também foram afetadas pelas desonerações constantes dos Decretos nº 6.696, nº 6.809, nº 6.823, nº 6.825, nº 6.826 e nº 6.890, todos de 2009;
- decrécimo de R\$ 5,7 bilhões (8,4%) na arrecadação da Cofins e de R\$ 791,7 milhões (4,4%) no PIS/Pasep, refletindo: i) a realização de compensações de pagamento indevido ou a maior, no montante de R\$ 3,2 bilhões, nos meses de janeiro a julho de 2009; ii) a desaceleração no volume geral de vendas; e iii) as desonerações promovidas por meio das Leis nº 11.774 e nº 11.787, ambas de 2008, nº 11.945/2009 e pela Medida Provisória nº 460/2009;
- queda de R\$ 3,5 bilhões (6,6%) na arrecadação de IRPJ, refletindo a redução da lucratividade das empresas;
- decrécimo de R\$ 2,2 bilhões (56,3%) na arrecadação da CIDE – Combustíveis, devido à redução da alíquota específica por metro cúbico de gasolina e diesel, a partir de fatos geradores de maio de 2008 (Decreto nº 6.446/2008) e a compensações, entre janeiro e março de 2009, no valor de aproximadamente R\$ 1,0 bilhão;
- decrécimo de R\$ 1,0 bilhão na arrecadação do IOF (9,2%) decorrente da alteração das alíquotas em conformidade com as desonerações reguladas pelos Decretos nº 6.391, nº 6.453, nº 6.566, nº 6.613, nº 6.655 e nº 6.691, todos de 2008;
- elevação de R\$ 3,1 bilhões (6,2%) no IRRF, principalmente devido: i) ao crescimento de R\$ 1,2 bilhão (4,0%) no IRRF – Rendimentos do Trabalho, reflexo do aumento da massa salarial; ii) ao incremento de R\$ 763,8 milhões (6,0%) no IRRF – Rendimentos do Capital, com destaque para os itens operações de swap e juros de capital próprio; e iii) ao aumento de R\$ 1,2 bilhão (24,0%) do IRRF –

## Receitas do Tesouro em relação ao ano anterior

RECEITA BRUTA DO TESOURO NACIONAL BRASIL, JAN-JUL (R\$ milhões)		
DISCRIMINAÇÃO	2008	2009
<b>Impostos</b>	<b>154.931,0</b>	<b>147.604,6</b>
Imposto de Renda	112.966,5	112.005,6
IPI	21.740,2	16.253,5
Outros	20.224,3	19.345,5
<b>Contribuições</b>	<b>124.988,3</b>	<b>115.933,5</b>
Cofins	68.037,3	62.318,2
CPMF	1.090,4	106,7
CSLL	27.230,6	26.807,4
Cide - Combustíveis	3.944,2	1.725,3
Outras	24.685,8	24.975,9
<b>Demais</b>	<b>45.186,7</b>	<b>46.736,7</b>
Cota parte	15.510,2	11.065,7
Diretamente Arrecadada	13.266,5	15.085,1
Dividendos da União	5.263,4	10.421,6
Concessões	4.367,5	1.641,4
Outras	6.779,1	8.522,8
<b>Total Bruto</b>	<b>325.106,0</b>	<b>310.274,9</b>

\* Os valores referentes a retenção na fonte e Refis foram distribuídos nos respectivos tributos.

RECEITA BRUTA DO TESOURO NACIONAL BRASIL, JAN-JUL (% do PIB)		
DISCRIMINAÇÃO	2008	2009
<b>Impostos</b>	<b>9,40%</b>	<b>8,63%</b>
Imposto de Renda	6,85%	6,55%
IPI	1,32%	0,95%
Outros	1,23%	1,13%
<b>Contribuições</b>	<b>7,58%</b>	<b>6,78%</b>
Cofins	4,13%	3,64%
CPMF	0,07%	0,01%
CSLL	1,65%	1,57%
Cide - Combustíveis	0,24%	0,10%
Outras	1,50%	1,46%
<b>Demais</b>	<b>2,74%</b>	<b>2,73%</b>
Cota parte	0,94%	0,65%
Diretamente Arrecadada	0,80%	0,88%
Dividendos da União	0,32%	0,61%
Concessões	0,26%	0,10%
Outras	0,41%	0,50%
<b>Total Bruto</b>	<b>19,71%</b>	<b>18,14%</b>

\* Os valores referentes a retenção na fonte e Refis foram distribuídos nos respectivos tributos.

*A evolução da receita bruta do Tesouro Nacional no ano de 2009 está sendo influenciada por fatores sazonais e por mudanças na incidência de tributos e contribuições.*

Remessas ao Exterior, influenciado pela elevação de 28,0% da taxa média de câmbio em relação ao mesmo período do ano anterior.

O conjunto das demais receitas do Tesouro Nacional, por sua vez, apresentou crescimento de R\$ 1,6 bilhão (3,4%) em relação ao período de janeiro a julho de 2008, decorrente: i) do incremento de R\$ 5,2 bilhões das receitas de dividendos; ii) do aumento da arrecadação das receitas diretamente arrecadadas em R\$ 1,8 bilhão, dos quais R\$ 618,4 milhões em função da arrecadação da contribuição sobre a receita de concessão e permissão de energia elétrica em 2009, sem correspondência em 2008; iii) do acréscimo de R\$ 1,0 bilhão em outras receitas, refletindo a regularização de depósitos judiciais, com transferência dos depósitos da Caixa Econômica Federal para a conta Única do Tesouro Nacional, no valor de R\$ 577,6 milhões em maio de 2009; iv) da queda de R\$ 2,7 bilhões (62,4%) no volume arrecadado proveniente de concessões, em decorrência da arrecadação, em março de 2008, de R\$ 1,9 bilhão relativo à 9ª rodada de licitação de blocos exploratórios de petróleo e gás natural e, em maio de 2008, de R\$ 1,7 bilhão decorrente da exploração de serviços de telefonia móvel (3G); e v) do decréscimo de R\$ 4,4 bilhões (28,7%) na arrecadação relativa à cota-parte de compensações financeiras, em função da redução do preço internacional do petróleo.

DEMAIS RECEITAS DO TESOURO BRASIL, JAN-JUL (R\$ milhões)		
DISCRIMINAÇÃO	2008	2009
<b>Demais</b>	<b>45.186,7</b>	<b>46.736,7</b>
Cota parte	15.510,2	11.065,7
Plano do Servidor (CPSS)	4.166,8	4.864,1
Diretamente Arrecadada	13.266,5	15.085,1
Dividendos da União	5.263,4	10.421,6
Concessões	4.367,5	1.641,4
Outras	2.612,3	3.658,7

## Transferências a Estados e Municípios

Em julho, as transferências a Estados e Municípios totalizaram R\$ 7,8 bilhões, contra R\$ 12,9 bilhões no mês anterior, apresentando diminuição de 39,6%. As transferências constitucionais alcançaram R\$ 6,2 bilhões, com diminuição de R\$ 1,9 bilhão (22,9%) frente a junho de 2009, reflexo da menor arrecadação dos tributos compartilhados (IR e IPI), principalmente no primeiro decêndio de julho.

TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS E MUNICÍPIOS BRASIL, 2009 (R\$ milhões)		
DISCRIMINAÇÃO	JUN/09	JUL/09
Constitucionais (IR/IPI/outros)	8.079,4	6.232,7
CIDE-Combustíveis	-	254,0
Lei Comp. nº 115/2002 <sup>1</sup>	2.112,5	162,5
Demais	2.723,2	1.147,0
<b>Total</b>	<b>12.915,2</b>	<b>7.796,1</b>

<sup>1</sup> Inclui auxílio financeiro

As transferências referentes à Lei Complementar nº 115/2002 retornaram ao patamar de R\$ 162,5 milhões, registrando uma diminuição de 92,3% frente aos R\$ 2,1 bilhões registrados em junho. Essa trajetória se explica pelo auxílio financeiro para fomento às exportações, no valor de R\$ 1.950,0 milhões, transferido aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios em junho, sob o amparo da Medida Provisória nº 464, de 9 de junho de 2009, sem correspondente em julho.

BASE DE CÁLCULO TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS (IR + IPI-EXP.) BRASIL, 2009 (R\$ milhões)		
Decêndio	Jun	Jul
Terceiro Decêndio	8.380,5	7.526,7
Primeiro Decêndio	4.687,8	1.702,9
Segundo Decêndio	4.270,8	4.475,8
<b>Total</b>	<b>17.339,1</b>	<b>13.705,5</b>

As demais transferências apresentaram decréscimo de R\$ 1,6 bilhão (57,9%), sendo 92,6% dessa queda explicada pela antecipação da parcela de junho (desembolso previsto para julho, mas realizado em junho), o que explica a inexistência de repasses em julho.

TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS E MUNICÍPIOS BRASIL, JAN-JUL (R\$ milhões)		
DISCRIMINAÇÃO	2008	2009
Constitucionais (IR/IPI/outros)	57.644,0	55.266,8
CIDE - Combustíveis	1.302,7	556,0
Lei Comp. nº 115/2002 <sup>1</sup>	1.153,6	3.087,5
Demais	12.404,5	13.550,0
<b>Total</b>	<b>72.504,8</b>	<b>72.460,4</b>

<sup>1</sup> Inclui auxílio financeiro

Na comparação entre o acumulado de janeiro a julho de 2009 frente ao mesmo período de 2008, as transferências a Estados e Municípios apresentaram, em seu conjunto, redução de R\$ 44,4 milhões (0,1%), mantendo-se no patamar de R\$ 72,5 bilhões. Tal desempenho é explicado: i) pelo aumento de R\$ 1,9 bilhão de



transferência a título de auxílio financeiro sob amparo da Medida Provisória nº 464/2009; ii) pelo aumento de R\$ 1,6 bilhão das transferências relativas ao Fundeb decorrente do fluxo financeiro desse repasse estabelecido pela Portaria Interministerial MEC/MF nº 408/09; iii) pelo incremento de R\$ 987,4 milhões em outras transferências, em virtude do pagamento de R\$ 962,6 milhões relativo a apoio financeiro aos Municípios, sem correspondência em 2008 (MP nº 462/2009); iv) pela redução de R\$ 2,4 bilhões (4,1%) nas transferências para os fundos constitucionais (FPE e FPM), reflexo da menor arrecadação das receitas compartilhadas (IR e IPI) em 2009 comparativamente a 2008; v) pela queda de R\$ 1,8 bilhão nas transferências relativas aos royalties e participações especiais da Lei nº 9.478/1997, em função da queda do preço internacional do petróleo; iv) pela diminuição de R\$ 746,7 milhões nas transferências da CIDE, devido, como já mencionado, às alterações promovidas por meio do Decreto nº 6.446/2008 e a compensações, entre janeiro e março de 2009, no valor de aproximadamente R\$ 1,0 bilhão.

Em julho, as despesas do Tesouro Nacional totalizaram R\$ 33,5 bilhões, apresentando aumento de R\$ 8,4 bilhões (33,5%) relativamente a junho, em decorrência do crescimento dos dispêndios de custeio e capital em R\$ 5,4 bilhões (39,4%) e dos gastos com pessoal e encargos sociais em R\$ 3,0 bilhões (26,7 %).

O acréscimo nos gastos com pessoal e encargos sociais é reflexo do adiantamento da parcela do décimo-terceiro salário (gratificação natalina) aos servidores do Poder Executivo Federal.

O aumento dos dispêndios de custeio e capital decorreu do crescimento das despesas com seguro-desemprego e abono salarial do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), no montante de R\$ 3,0 bilhões (155,8%), do aumento dos Subsídios e Subvenções Econômicas, no montante de R\$ 2,1 bilhões (156,1%) e de Outras Despesas de Custeio e Capital, no valor de R\$ 236,5 milhões (2,1%).

No caso das despesas do FAT, verificou-se pagamento de R\$ 3,2 bilhões com benefícios de abono salarial, em julho, contra R\$ 17,5 milhões, em junho, em decorrência da abertura do calendário de pagamento do abono salarial referente ao exercício 2009/2010 (julho/2009 a junho/2010), conforme Resolução Codefat nº 605 de 27 de maio de 2009.

No âmbito das Outras Despesas de Custeio e Capital, destaca-se a elevação de R\$ 327,8 milhões (3,5%) relativamente a junho nas despesas discricionárias, concentradas principalmente nos Ministérios da Defesa (R\$ 166,0 milhões), das Cidades (R\$ 155,6 milhões) e da Educação (R\$ 148,7 milhões). A execução do Projeto Piloto de Investimento Público (PPI) foi de R\$ 1,1 bilhão, superior ao observado no mês anterior em R\$ 221,8 milhões (24,9%). Por outro lado, a despesas com créditos extraordinários reduziram-se em R\$ 550,7 milhões (69,8%).

## Despesas do Tesouro em relação ao mês anterior

DESPESAS DO TESOURO NACIONAL BRASIL, 2009 (R\$ milhões)		
DISCRIMINAÇÃO	JUN/09	JUL/09
<b>Pessoal e Encargos</b>	<b>11.348,2</b>	<b>14.375,4</b>
<b>Custeio e Capital</b>	<b>13.631,2</b>	<b>18.999,6</b>
Despesas do FAT	1.925,4	4.926,0
Subsídios e Subvenções <sup>1</sup>	-1.368,2	768,1
LOAS/RMV	1.598,3	1.593,2
Outras	11.475,7	11.712,2
<b>Transferência ao Bacen</b>	<b>88,5</b>	<b>89,6</b>

<sup>1</sup> Inclui despesas com subvenção aos fundos regionais e, a partir de 2005, despesas com reordenamento de passivos

OUTRAS DESPESAS DE CUSTEIO E CAPITAL BRASIL, 2009 (R\$ milhões)		
DISCRIMINAÇÃO	JUN/09	JUL/09
Sentenças Judiciais	17,5	30,8
Legislativo	86,7	81,3
Judiciário	360,1	382,5
Crédito Extraordinário <sup>1</sup>	789,1	238,4
Projeto Piloto de Investimento <sup>2</sup>	890,2	1.112,0
Outras <sup>3</sup>	70,0	277,3
Discricionárias	9.262,3	9.590,1
d/q		
Min. da Saúde	4.067,2	3.919,1
Min. do Des. Social	1.185,9	1.109,3
Min. da Educação	999,9	1.148,7
Min. da Defesa	664,6	830,6
Min. da Ciência e Tec	366,9	382,9
Min. do Des. Agrário	177,0	118,4
Min. da Justiça	249,9	220,6
Min. da Previdência	110,1	125,5
Min. das Cidades	139,4	295,1
Demais	1.301,3	1.440,0
<b>Total</b>	<b>11.475,7</b>	<b>11.712,2</b>

<sup>1</sup> Exclui crédito extraordinário relativo a Projeto Piloto de Investimento Público.  
<sup>2</sup> Corresponde à despesa do PPI passível de reduzir a meta de superávit primário, conforme estabelecido no art. 3º da Lei nº 11.768, de 14/08/08 (LDO-2009).  
<sup>3</sup> Inclui doações, indenizações Proagro, Fundo Constitucional do DF, PNAFE e integralização de cotas de organismos internacionais.

Em relação aos Subsídios e Subvenções Econômicas, o incremento decorreu, principalmente, da execução no âmbito do Fundo Nacional de Desenvolvimento (FND) que passou de empréstimo líquido de R\$ 2,1 bilhões, em junho, para R\$ 9,8 milhões, em julho.

### **Despesas do Tesouro em relação ao ano anterior**

DESPESAS DO TESOURO NACIONAL BRASIL, JAN-JUL (% do PIB)		
DISCRIMINAÇÃO	2008	2009
<b>Tesouro Nacional</b>	<b>9,61%</b>	<b>10,93%</b>
Pessoal e Encargos	4,40%	5,06%
Custeio e Capital	5,18%	5,84%
Despesas do FAT	0,66%	0,91%
Subsídios e Subvenções <sup>1</sup>	0,23%	0,04%
LOAS/RMV	0,56%	0,63%
Outras	3,73%	4,26%
<b>Transferência ao Bacen</b>	<b>0,03%</b>	<b>0,04%</b>

<sup>1</sup> Inclui despesas com subvenção aos fundos regionais e, a partir de 2005, despesas com reordenamento de passivos.

*De janeiro a julho de 2009, as despesas com o FAT, passaram de 0,66 para 0,91 ponto percentual do PIB, em relação ao mesmo período do exercício anterior*

No acumulado do ano, as despesas do Tesouro Nacional totalizaram 10,93% do PIB, contra 9,61% no mesmo período do ano anterior. Em termos nominais, verificou-se aumento de R\$ 28,6 bilhões (18,0%) em relação a 2008, destacando-se os incrementos de R\$ 13,9 bilhões (19,1%) nos gastos com Pessoal e Encargos Sociais, e de R\$ 14,5 bilhões (17,0%) nas Despesas de Custeio e Capital.

Os dispêndios com a folha salarial registram aumento de 0,65 p.p em relação ao PIB no período, passando de 4,40% em 2008, para 5,06% em 2009. No âmbito dos Poderes Legislativo, Judiciário e MPU, o aumento foi de R\$ 3,7 bilhões (23,1%) e no Poder Executivo, acréscimo de R\$ 10,2 bilhões (18,0%). Parte do aumento da despesa no âmbito do Poder Executivo decorreu da reestruturação de carreiras dos servidores públicos civis e militares. Por sua vez, os precatórios de pessoal das Justiças do Trabalho e Federal apresentaram aumento de R\$ 2,4 bilhões (83,8%) em relação ao mesmo período do ano anterior.

Os gastos com Custeio e Capital passaram de 5,18% para 5,84% do PIB, (acrécimo de 0,66 p.p.), impulsionado pelo incremento de 0,52 p.p. na rubrica 'Outras Despesas de Custeio e Capital', e pelo acréscimo de 0,25 p.p. nas despesas com abono salarial, seguro desemprego, e gastos operacionais do FAT. Por outro lado, registrou decréscimo de 0,19 p.p. do PIB nos gastos com Subsídios e Subvenções Econômicas.

As despesas do FAT atingiram R\$ 15,6 bilhões nos sete primeiros meses de 2009, contra R\$ 10,9 bilhões em igual período do ano anterior. O acréscimo decorre não somente do aumento do salário mínimo, mas também do número de beneficiários identificados, que passou de 15,1 milhões para 16,9 milhões de trabalhadores.

DESPESAS DO TESOURO NACIONAL BRASIL, JAN-JUL (R\$ milhões)		
DISCRIMINAÇÃO	2008	2009
<b>Pessoal e Encargos</b>	<b>72.617,8</b>	<b>86.512,2</b>
<b>Custeio e Capital</b>	<b>85.417,8</b>	<b>99.915,9</b>
Despesas do FAT	10.876,5	15.572,0
Subsídios e Subvenções <sup>1</sup>	3.794,9	692,5
LOAS/RMV	9.171,7	10.829,3
Outras	61.574,8	72.822,1
<b>Transferência ao Bacen</b>	<b>451,3</b>	<b>621,0</b>

<sup>1</sup> Inclui despesas com subvenção aos fundos regionais e, a partir de 2005, despesas com reordenamento de passivos

**QUANTIDADE DE BENEFÍCIOS EMITIDOS LOAS  
BRASIL, 2001-2009**

	Total LOAS	Varição em relação à média do ano anterior	Idosos	Varição em relação à média do ano anterior	Portadores de Necessidades Especiais	Varição em relação à média do ano anterior
média 2001	1.290.690	-	444.190	-	846.500	-
média 2002	1.455.205	13%	531.617	20%	923.588	9%
média 2003	1.631.497	12%	627.693	18%	1.003.804	9%
média 2004	1.898.903	16%	821.288	30%	1.077.615	7%
média 2005	2.173.634	15%	1.002.778	23%	1.170.856	9%
média 2006	2.389.050	10%	1.131.939	13%	1.257.111	8%
média 2007	2.575.467	8%	1.239.649	10%	1.335.818	6%
média 2008	2.810.538	9%	1.360.235	10%	1.450.303	9%
média jan-jul/01	1.260.474	-	429.098	-	831.377	-
média jan-jul/02	1.405.605	12%	506.630	18%	898.975	8%
média jan-jul/03	1.603.333	14%	611.556	21%	991.777	10%
média jan-jul/04	1.820.834	14%	764.626	25%	1.056.208	6%
média jan-jul/05	2.130.701	17%	976.885	28%	1.153.817	9%
média jan-jul/06	2.348.698	10%	1.107.475	13%	1.241.223	8%
média jan-jul/07	2.530.315	8%	1.214.966	10%	1.315.349	6%
média jan-jul/08	2.756.897	9%	1.332.094	10%	1.424.804	8%
média jan-jul/09	3.008.563	9%	1.463.163	10%	1.545.400	8%

As despesas com benefícios assistenciais (LOAS/RMV) aumentaram R\$ 1,7 bilhão (18,1%) em relação ao acumulado até julho de 2008. Essa variação é explicada pelo reajuste do salário mínimo nos anos de 2008 e 2009 e pelo crescimento vegetativo da quantidade de benefícios pagos, que foi de 9,1% no período de janeiro a julho de 2009 relativamente a 2008 (média contra média). Do total de benefícios pagos, 1,5 milhão foi destinado aos idosos e 1,5 milhão aos portadores de necessidades especiais.

Nos primeiros sete meses de 2009, as despesas com Subsídios, Subvenções Econômicas e Reordenamento de Passivos alcançaram R\$ 692,5 milhões, contra R\$ 3,8 bilhões em 2008. Houve redução de R\$ 3,1 bilhões (81,8%), devido, principalmente, a execução no âmbito do Fundo Nacional de Desenvolvimento, que apresentou retorno líquido de R\$ 4,2 bilhões este ano sem contrapartida no ano anterior. Também houve redução de dispêndios no Programa de Subsídio à Habitação de Interesse Social – PSH (R\$ 123,9 milhões) e no Programa Nacional de Agricultura Familiar – Pronaf (R\$ 124,5 milhões). Por outro lado, registrou-se acréscimo de R\$ 515,6 milhões (37,4%) nas transferências aos Fundos Regionais.

As Outras Despesas de Custeio e Capital cresceram R\$ 11,2 bilhões no período (18,3%). Destaca-se a execução do Projeto Piloto de Investimento Público (PPI), cujas as despesas - passíveis de redução da meta de superávit primário - (nos termos do art. 3º da LDO de 2009) - totalizaram R\$ 5,0 bilhões em 2009 contra R\$ 3,3 bilhões (aumento de 49,4%) no ano anterior. Os gastos discricionários cresceram R\$ 11,1 bilhões (22,5%). Desse total, 78,7% corresponderam às despesas com os seguintes Ministérios: i) Saúde, R\$ 5,8 bilhões, ii) Defesa, R\$ 1,3 bilhão, iii) Desenvolvimento Social, R\$ 937,2 milhões e, iv) Educação, R\$ 790,0 milhões. Por outro lado, registrou-se redução das despesas discricionárias no Ministério dos Transportes (R\$ 78,2 milhões). Destaque para a redução da execução de despesas

**SUBSÍDIOS E SUBVENÇÕES ECONÔMICAS**

BRASIL, JAN-JUL (R\$ milhões)

DISCRIMINAÇÃO <sup>1</sup>	2008	2009
<b>Agricultura</b>	<b>1.835,7</b>	<b>2.558,2</b>
Custeio Agropecuário	218,6	187,4
Investimento Rural	27,6	-101,9
Preços Agrícolas	499,4	1.440,3
- EGF	4,1	11,2
- AGF	-236,1	789,8
- <i>Sustent. de preços</i>	731,5	639,4
Pronaf	522,3	397,9
Pesa	244,3	143,0
Cacau	0,0	0,7
Securitização	0,0	0,0
Fundo da Terra/Incra	307,8	414,8
FUNCAFÉ	15,7	43,3
Revitaliza	0,0	32,8
<b>Outros</b>	<b>579,3</b>	<b>-4.043,0</b>
Habitação (PSH)	282,0	158,1
FND	237,7	-4.223,9
Exportação (Proex)	59,6	22,8
<b>Total</b>	<b>2.415,0</b>	<b>-1.484,8</b>

<sup>1</sup> Não inclui reordenamento de passivos e despesas com  
<sup>2</sup> Dados revisados

**OUTRAS DESPESAS DE CUSTEIO E CAPITAL**

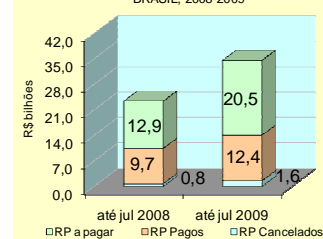
BRASIL, JAN-JUL (R\$ milhões)

DISCRIMINAÇÃO	2008	2009
Sentenças Judiciais	1.421,7	1.669,0
Legislativo/Judiciário	3.028,4	3.153,1
Crédito Extraordinário <sup>1</sup>	3.913,7	1.992,7
Projeto Piloto de Investimento <sup>2</sup>	3.331,3	4.978,6
Outras <sup>3</sup>	625,4	679,2
Discricionárias	49.254,1	60.349,4
d/q Min. da Saúde	21.838,2	27.668,9
Min. do Des. Social	6.946,5	7.883,7
Min. da Educação	5.467,8	6.257,8
Min. da Defesa	2.986,2	4.276,2
Min. da Ciência e Tec.	1.674,0	1.905,5
Min. do Des. Agrário	987,2	1.126,0
Min. da Previdência	642,8	838,6
Min. da Justiça	866,2	1.349,3
Min. dos Transportes	900,8	822,6
Demais	6.944,4	8.220,8
<b>Total</b>	<b>61.574,7</b>	<b>72.822,1</b>

<sup>1</sup> Exclui crédito extraordinário relativo a Projeto Piloto de Investimento Público.

<sup>2</sup> Corresponde à despesa do PPI passível de redução da meta de superávit primário, conforme estabelecido no art. 3º da Lei no 11.768, de 14/08/08 (LDO-2009).

<sup>3</sup> Inclui doações, indenizações Proagro, Fundo Constitucional do DF, PNAFE e integralização de cotas de organismos internacionais.

**EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR**  
BRASIL, 2008-2009


por meio de crédito extraordinário (R\$ 1,9 bilhão) em relação ao primeiro semestre de 2008.

O montante pago de restos a pagar (RP) – Decreto de Programação Financeira – até julho de 2009 correspondeu a R\$ 12,4 bilhões, equivalente a 37,7% do total de RP inscritos (menos cancelamentos) contra 42,8% no mesmo período do ano anterior. Dos RP pagos em 2009, R\$ 5,4 bilhões referem-se a despesas com investimentos, correspondentes a um percentual de execução de 25,3% do total de restos a pagar de investimento do ano, concentrados principalmente, nos Ministérios da Educação (R\$ 1,0 bilhão), da Saúde (R\$ 760,2 milhões), da Defesa (R\$ 649,0 milhões) e das Cidades (R\$ 591,9 milhões). Em contraponto, dos R\$ 7,0 bilhões pagos em custeio de RP, R\$ 2,4 bilhões referem-se ao Ministério da Saúde e R\$ 1,2 bilhão ao Ministério da Educação, o que representa 51,5% dessa categoria de dispêndios.

## Previdência Social

Em julho, o Regime Geral da Previdência Social (RGPS) registrou déficit de R\$ 3,1 bilhões, inferior em R\$ 287,9 milhões ao registrado em junho (redução de 8,5%). Esse declínio se deve sobretudo ao aumento na arrecadação líquida de R\$ 223,5 milhões (1,6%) em relação ao mês anterior. Nos primeiros sete meses do ano, observou-se um crescimento do déficit no montante de R\$ 4,0 bilhões (19,8%) em relação ao mesmo período do ano anterior.

*Em julho de 2009, o déficit da Previdência Social foi de R\$ 3,1 bilhões. No acumulado de janeiro a julho, o déficit atingiu R\$ 24,4 bilhões, equivalentes a 1,42% do PIB.*

RESULTADO DA PREVIDÊNCIA BRASIL, JAN-JUL (R\$ bilhões)			
DISCRIMINAÇÃO	2008	2009	%
Contribuição	86.732,9	96.252,4	11,0%
Urbano	83.917,4	93.629,1	11,6%
Rural	2.815,5	2.623,3	-6,8%
Benefícios	107.066,4	120.622,0	12,7%
Urbano	85.785,8	96.468,4	12,5%
Rural	21.280,6	24.153,5	13,5%
<b>Res. Primário</b>	<b>-20.333,5</b>	<b>-24.369,6</b>	<b>19,8%</b>
Urbano	-1.868,4	-2.839,4	52,0%
Rural	-18.465,1	-21.530,3	16,6%

**TABELA 2**  
**RESULTADO PRIMÁRIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL**  
**BRASIL, 2008-2009**

DISCRIMINAÇÃO	R\$ milhões			
	JUN	JUL	JAN-JUL	
	2009	2009	2008	2009
<b>I. ARRECAÇÃO LÍQUIDA</b>	<b>14.063,9</b>	<b>14.287,4</b>	<b>86.732,9</b>	<b>96.252,4</b>
Arrecadação Bruta	15.585,7	15.833,2	96.852,1	107.612,0
- Contribuição Previdenciária	14.387,1	14.593,6	89.598,3	98.748,8
- Simples	1.034,6	1.081,2	5.921,7	6.904,4
- CFT	64,8	67,2	420,5	421,0
- Depósitos Judiciais	82,2	90,3	737,6	1.402,8
- Refis	16,9	0,9	174,0	135,0
- Outras Receitas	0,0	0,0	0,0	0,0
(-) Restituição/Devolução	-47,2	-66,3	-176,8	-308,6
(-) Transferências a Terceiros	-1.474,6	-1.479,6	-9.942,4	-11.051,0
<b>II. BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS</b>	<b>17.445,3</b>	<b>17.380,8</b>	<b>107.066,4</b>	<b>120.622,0</b>
<b>III. RESULTADO PRIMÁRIO</b>	<b>-3.381,4</b>	<b>-3.093,5</b>	<b>-20.333,5</b>	<b>-24.369,6</b>
<b>IV. RESULTADO PRIMÁRIO/PIB</b>			<b>-1,23%</b>	<b>-1,42%</b>

A arrecadação líquida da Previdência Social totalizou R\$ 14,3 bilhões em julho, apresentando um aumento de R\$ 223,5 milhões (1,6%) frente aos ingressos líquidos do mês anterior. Este foi o segundo melhor resultado da série histórica desde 1995 – excetuados os meses de dezembro (sazonalmente afetados pela gratifica-

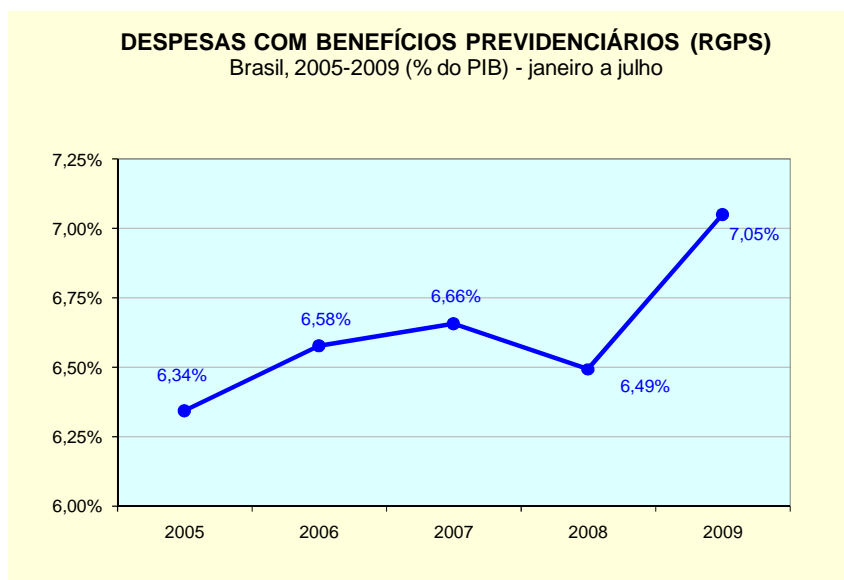
ção natalina) e o mês de maio de 2009, quando a arrecadação líquida superou os R\$ 14,4 bilhões. No acumulado do ano, a arrecadação líquida apresentou aumento de R\$ 9,5 bilhões (11,0%) relativamente a igual período do ano anterior. O principal fator que explica este crescimento foi o aumento da massa salarial, que repercute nas contribuições sobre a folha de pagamento. Segundo dados da Pesquisa Mensal de Emprego (PME), a massa salarial observada entre dezembro de 2008 e junho de 2009 foi 14,2% superior à verificada no período correspondente de 2007/2008.

As despesas com benefícios este mês alcançaram o montante de R\$ 17,4 bilhões, apresentando um declínio de R\$ 64,4 milhões (0,4%) com relação ao mês anterior. Em relação a igual período de 2008, as despesas com benefícios acumuladas de janeiro a julho de 2009 elevaram-se de R\$ 13,6 bilhões (12,7%). Isso é explicado, principalmente, por três fatores: i) aumento de R\$ 65,70 (11,1%) no valor médio dos benefícios pagos pela Previdência, como consequência do reajuste do salário mínimo e do aumento dos benefícios com valores acima do piso; ii) elevação de 740,7 mil (3,3%) na quantidade média mensal de benefícios pagos; e iii) aumento de R\$ 821,7 milhões (20,8%) no pagamento de precatórios.

O gráfico a seguir ilustra a evolução das despesas com benefícios previdenciários nos últimos anos, considerando o acumulado de janeiro a julho de cada ano. Verifica-se que em 2005 esses gastos correspondiam a 6,34% do PIB; em 2009, correspondem a 7,05%. Nos últimos quatro anos, o crescimento médio das despesas com benefícios apresentou um acréscimo de 0,18 ponto percentual do PIB por ano.

BENEFÍCIOS EMITIDOS DA PREVIDÊNCIA BRASIL, MÉDIA JAN-JUL			
DISCRIMINAÇÃO	2008	2009	%
Quantidade RGPS*	22,3	23,0	3,3%
Valor médio RGPS**	591,3	657,0	11,1%

(\*) em milhões  
(\*\*) em R\$ 1,00



*Em percentual do PIB, as despesas com benefícios previdenciários do RGPS cresceram 11,2% nos últimos quatro anos, passando de 6,34% do PIB no acumulado de janeiro a julho de 2005 para 7,05% do PIB no mesmo período em 2009.*

No estoque de benefícios dos primeiros sete meses de 2009, comparado ao período correspondente em 2008, destacam-se os aumentos de 606,6 mil aposenta-

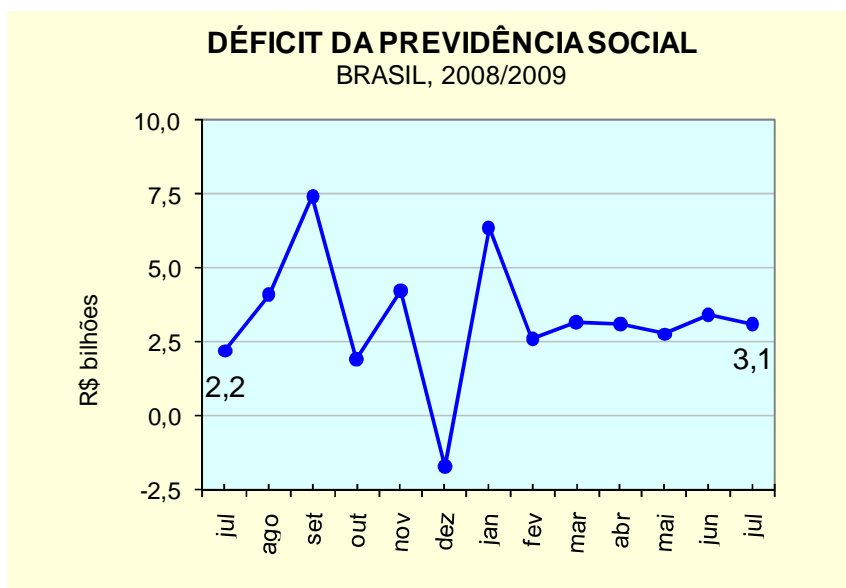
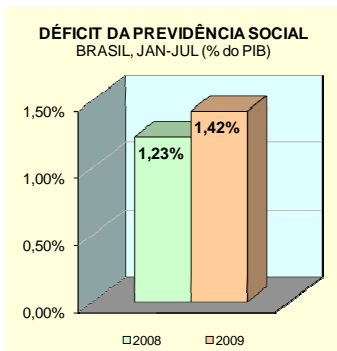
dorias (4,3%) e de 183,8 mil pensões por morte (2,9%), bem como a redução de 68,5 mil benefícios de auxílio-doença (5,1%).

**TABELA 3**  
**QUANTIDADE DE BENEFÍCIOS EMITIDOS PELA PREVIDÊNCIA SOCIAL**  
**BRASIL, 2008-2009**

	Em mil benefícios			
	JUN 2009	JUL 2009	JAN-JUL 2008	JAN-JUL 2009
<b>Benefícios do RGPS</b>	<b>23.198</b>	<b>23.213</b>	<b>22.267</b>	<b>23.008</b>
<b>Previdenciários</b>	<b>22.388</b>	<b>22.407</b>	<b>21.491</b>	<b>22.205</b>
Aposentadorias	14.768	14.801	14.055	14.656
Idade	7.677	7.695	7.271	7.613
Invalidez	2.867	2.869	2.786	2.858
Tempo de contribuição	4.225	4.237	3.998	4.186
Pensão por morte	6.361	6.368	6.146	6.331
Auxílio-Doença	1.136	1.119	1.201	1.108
Salário - maternidade	74	69	48	62
Outros	50	49	41	48
<b>Acidentários</b>	<b>809</b>	<b>807</b>	<b>776</b>	<b>803</b>
Aposentadorias	156	157	150	155
Pensão por morte	127	127	129	128
Auxílio - doença	175	172	144	169
Auxílio - acidente	274	274	271	273
Auxílio - suplementar	77	76	82	78

RESULTADO DA PREVIDÊNCIA BRASIL, JAN-JUL (% do PIB)		
DISCRIMINAÇÃO	2008	2009
Contribuição	5,26%	5,63%
Urbano	5,09%	5,47%
Rural	0,17%	0,15%
Benefícios	6,49%	7,05%
Urbano	5,20%	5,64%
Rural	1,29%	1,41%
<b>Res. Primário</b>	<b>-1,23%</b>	<b>-1,42%</b>
Urbano	-0,11%	-0,17%
Rural	-1,12%	-1,26%

Como proporção do PIB, a receita previdenciária apresentou acréscimo de 0,37 p.p. em relação aos primeiros sete meses de 2008. Por sua vez, os gastos com benefícios previdenciários cresceram 0,56 p.p.. Como resultado, o déficit primário do RGPS aumentou para 1,42% do PIB, 0,19 p.p. maior que o mesmo nível registrado no mesmo período do ano anterior.



**DÍVIDA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL**

A Dívida Líquida do Tesouro Nacional – DLTN alcançou o montante de R\$ 704,3 bilhões em julho, o que corresponde a 24,2% do PIB. Comparativamente ao mês anterior, houve aumento de R\$ 20,8 bilhões em termos nominais, o equivalente a 0,7 ponto percentual do PIB. Contribuiu para esse resultado o crescimento de R\$ 19,7 bilhões no estoque da dívida interna e a redução de R\$ 6,6 bilhões nos haveres internos, o que foi compensado pela redução de R\$ 5,5 bilhões observada no estoque da dívida externa líquida.

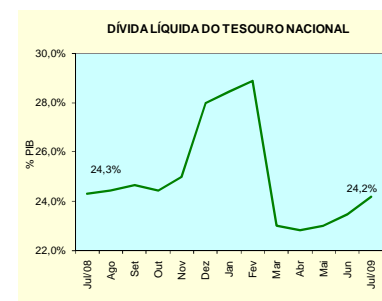
*Em julho, a Dívida Líquida do Tesouro Nacional totalizou R\$ 704,3 bilhões ou 24,2% do PIB.*

**TABELA 4**  
**DÍVIDA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL (\*)**  
**BRASIL, 2008/2009**

DISCRIMINAÇÃO	R\$ milhões		
	2008	2009	
	JUL	JUN	JUL
<b>I. DÍVIDA INTERNA LÍQUIDA</b>	<b>625.731</b>	<b>571.141</b>	<b>597.427</b>
I.1. Dívida Interna	1.607.107	1.821.636	1.841.322
I.2. Haveres Internos	981.376	1.250.495	1.243.895
<b>II. DÍVIDA EXTERNA LÍQUIDA</b>	<b>93.260</b>	<b>112.440</b>	<b>106.912</b>
II.1. Dívida Externa	93.515	112.728	107.201
II.2. Haveres Externos	255	288	289
<b>III. DÍVIDA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL</b>	<b>718.991</b>	<b>683.581</b>	<b>704.338</b>
<b>IV. DÍVIDA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL/PIB<sup>1</sup></b>	<b>24,3%</b>	<b>23,5%</b>	<b>24,2%</b>

(\*) Dados sujeitos a alteração.

<sup>1</sup> PIB valorizado pelo IGD-DI centrado.



Em comparação ao ano anterior, a Dívida Líquida do Tesouro Nacional tomada em proporção do PIB reduziu-se em 0,1 ponto percentual, passando de 24,3% em julho de 2008 para 24,2% em julho de 2009. Em termos nominais, houve redução de R\$ 14,7 bilhões no mesmo período, conseqüência da expansão de R\$ 262,5 bilhões nos Haveres do Tesouro Nacional que mais do que compensou o aumento de R\$ 247,9 bilhões no saldo total da dívida, no mesmo período.

A Dívida Interna Líquida do Tesouro Nacional encerrou o mês de julho com um saldo de R\$ 597,4 bilhões, perfazendo em percentual do PIB o equivalente a 20,5%. Em comparação ao mês anterior, houve aumento de R\$ 26,3 bilhões em termos nominais e 0,9 p.p. do PIB, reflexo do aumento de R\$ 19,7 bilhões no estoque da dívida e da redução de R\$ 6,6 bilhões no saldo dos haveres internos.

Relativamente ao ano anterior, a Dívida Interna Líquida do Tesouro Nacional, tomada em proporção do PIB, reduziu 0,6 p.p., passando de 21,2% em julho de 2008 para 20,5% em julho de 2009. Em termos nominais observou-se

**Dívida Interna Líquida**

uma diminuição de R\$ 28,3 bilhões, decorrente do efeito conjugado do aumento de R\$ 262,5 bilhões nos haveres e do crescimento de R\$ 234,2 bilhões no estoque da dívida interna.

**TABELA 5**  
**DÍVIDA INTERNA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL (\*)**  
**BRASIL, 2008/2009**

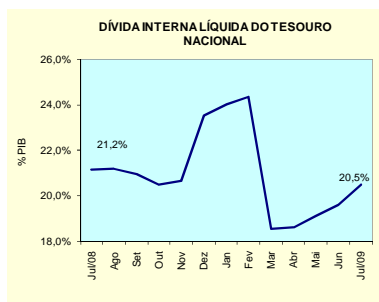
DISCRIMINAÇÃO	R\$ milhões		
	2008 JUL	2009 JUN	2009 JUL
<b>I. DÍVIDA INTERNA</b>	<b>1.607.107</b>	<b>1.821.636</b>	<b>1.841.322</b>
I.1. Dívida Mobiliária	1.584.613	1.799.943	1.819.744
DPMFi em Poder do Público <sup>1</sup>	1.204.405	1.321.876	1.349.886
DPMFi em Poder do Banco Central	398.582	499.646	490.801
(-) Aplicações em Títulos Públicos <sup>2</sup>	(18.374)	(21.579)	(20.943)
I.2. Demais Obrigações Internas	22.494	21.693	21.578
<b>II. HAVERES INTERNOS</b>	<b>981.376</b>	<b>1.250.495</b>	<b>1.243.895</b>
II.1. Disponibilidades Internas	222.228	407.426	379.621
II.2. Haveres junto aos Governos Regionais	439.179	442.402	440.797
II.3. Haveres da Administração Indireta	198.694	212.328	211.358
II.4. Haveres Administrados pela STN	121.274	188.338	212.119
<b>III. DÍVIDA INTERNA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL</b>	<b>625.731</b>	<b>571.141</b>	<b>597.427</b>
<b>IV. DÍVIDA INTERNA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL/PIB<sup>3</sup></b>	<b>21,2%</b>	<b>19,6%</b>	<b>20,5%</b>

(\*) Dados sujeitos a alteração.

<sup>1</sup> Inclui TDA e dívida securitizada.

<sup>2</sup> Refere-se a aplicações do FAT e fundos diversos em títulos públicos federais.

<sup>3</sup> PIB valorizado pelo IGP-DI centrado.



*Em julho, a Dívida Interna Líquida totalizou R\$ 597,4 bilhões, equivalentes a 20,5% do PIB.*

A Dívida Mobiliária, correspondente ao total da Dívida Pública Mobiliária Federal interna – DPMFi descontadas as aplicações do FAT e outros fundos públicos em títulos federais, elevou-se em R\$ 19,8 bilhões (0,7 p.p. em relação ao PIB), comparativamente ao mês de junho. Em comparação ao ano anterior, o aumento foi de R\$ 235,1 bilhões em termos nominais e de 8,9 p.p. em proporção do PIB, passando de 53,6% para 62,5% do PIB. O crescimento da DPMFi verificado no mês está associado à emissão líquida de R\$ 3,3 bilhões mais a apropriação de juros no valor de R\$ 15,9 bilhões.

Na carteira de títulos em poder do público, houve aumento de R\$ 47,6 bilhões, explicado pela emissão líquida de R\$ 16,6 bilhões mais a apropriação de juros de R\$ 11,4 bilhões. Na carteira do Banco Central, a variação foi negativa de R\$ 8,8 bilhões, resultado das emissões no total de R\$ 11,6 bilhões, da apropriação de juros de R\$ 4,5 bilhões, contra resgates no montante de R\$ 24,9 bilhões.

Em relação à composição da carteira em poder do público, a principal variação comparada ao mês anterior ocorreu no estoque de LFT, cujo incremento alcançou R\$ 38,7 bilhões, explicado pelas emissões no valor de R\$ 35,7 bilhões mais a apropriação de juros de R\$ 3,9 bilhões, contra um resgate de R\$ 1,0 bilhão.

DÍVIDA MOBILIÁRIA INTERNA DO TESOURO NACIONAL BRASIL, 2008/2009			
Título	R\$ bilhões		
	2008 JUL	2009 JUN	2009 JUL
Em Poder do Público	1.204	1.322	1.350
LFT	443	499	538
LTN	227	232	217
NTN-B	284	301	307
NTN-C	57	58	57
NTN-F	145	188	189
Demais <sup>1</sup>	48	43	42
Aplic. em Tít. Púb.	-18	-22	-21
Na carteira do BCB	399	500	491
<b>Total</b>	<b>1.585</b>	<b>1.800</b>	<b>1.820</b>
% PIB	53,57%	61,77%	62,47%

<sup>1</sup> Inclui títulos da dívida securitizada e TDA.



**TABELA 6**  
**VARIAÇÃO DA DÍVIDA MOBILIÁRIA INTERNA DO TESOURO NACIONAL (\*)**  
**BRASIL, JUL/2009**

Título	Saldo Jun/09	Fatores de Variação <sup>1</sup>			Saldo Jul/09
		Emissões	Resgates <sup>2</sup>	Juros <sup>3</sup>	
Em poder do público	1.274,3	63,7	47,1	11,4	1.321,9
LFT	499,2	35,7	1,0	3,9	537,9
LTN	232,0	14,3	31,2	2,1	217,2
NTN-B	301,3	5,4	2,9	3,3	307,0
NTN-C	58,5	0,0	1,8	0,2	56,9
NTN-F	187,5	8,3	9,2	2,0	188,6
Demais <sup>4</sup>	43,3	0,1	1,0	-0,2	42,2
Na carteira do BCB	499,6	11,6	24,9	4,5	490,8
<b>Total</b>	<b>1.749,8</b>	<b>75,3</b>	<b>72,0</b>	<b>15,9</b>	<b>1.821,5</b>

(\*) Não inclui saldos de haveres relativos às aplicações oficiais em títulos públicos.

<sup>1</sup> Valores negativos (positivos) indicam decréscimo (acrécimos) ao saldo da obrigação.

<sup>2</sup> Inclui cancelamentos referentes a permuta de títulos e outros ajustes.

<sup>3</sup> Refere-se aos juros apropriados por competência.

<sup>4</sup> Inclui títulos da dívida securitizada e TDA.

**HAVERES JUNTO AOS GOVERNOS**  
**BRASIL, 2008/2009**

Discriminação	R\$ bilhões		
	2008		2009
	JUL	JUN	JUL
Lei 9.496/97	311,0	317,5	316,8
MP 2.185/01	48,6	50,1	50,1
Lei 8.727/93	42,4	39,5	39,2
Antecipação de Royalties	13,0	11,4	11,3
Bônus Renegociados	6,4	7,1	6,8
Lei 7.976/89	1,2	0,5	0,4
Demais Haveres	16,6	16,2	16,1
<b>Total</b>	<b>439,2</b>	<b>442,4</b>	<b>440,8</b>
% PIB	14,85%	15,18%	15,13%

Os haveres internos do Tesouro Nacional reduziram R\$ 6,6 bilhões em relação ao mês anterior, o que equivale a 0,2 p.p. do PIB. Houve diminuição de R\$ 27,8 bilhões nas disponibilidades internas, de R\$ 970,3 milhões nos haveres da Administração Indireta, e de R\$ 1,6 bilhão nos haveres junto aos governos regionais, contra o aumento de R\$ 23,8 bilhões nos haveres administrados pela STN.

Relativamente aos haveres administrados pela STN, o aumento de R\$ 23,8 bilhões decorreu do crescimento daqueles de legislação específica, como resultado da liberação de recursos ao BNDES, por meio da emissão de títulos públicos, conforme Lei nº 11.948, de 16 de junho de 2009. Quanto à diminuição dos haveres da Administração Indireta, houve redução de R\$ 1,9 bilhão nos haveres do FAT, contra aumento de R\$ 522,7 milhões nos haveres dos Fundos Regionais e de R\$ 359,7 milhões nos haveres de fundos diversos.

Quanto aos haveres junto aos governos regionais, em relação ao mês anterior houve diminuição em todos os saldos, reflexo dos pagamentos ocorridos por conta do fluxo normal desses contratos e da variação negativa do IGP-DI, de 0,32% no mês de junho. No caso dos Bônus Renegociados, a redução é decorrência da variação cambial do período.

Em julho, a Dívida Externa Líquida do Tesouro Nacional totalizou R\$ 106,9 bilhões, contra R\$ 112,4 bilhões em junho. Houve redução de R\$ 5,5 bilhões em termos nominais e em proporção do PIB, passou de 3,9% no mês anterior para 3,7% do PIB em julho.

**HAVERES DA ADMINISTRAÇÃO INDIRETA**  
**BRASIL, 2008/2009**

Entidade	R\$ bilhões		
	2008		2009
	JUL	JUN	JUL
FAT	129,5	137,6	135,8
Fundos Regionais	42,3	47,8	48,3
Demais	26,9	26,9	27,3
<b>Total</b>	<b>198,7</b>	<b>212,3</b>	<b>211,4</b>

## Dívida Externa Líquida

A Dívida Externa Líquida em julho totalizou R\$ 106,9 bilhões, equivalentes a 3,7% do PIB.

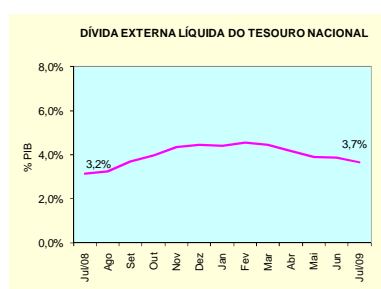
**TABELA 7**  
**DÍVIDA EXTERNA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL (\*)**  
**BRASIL, 2008/2009**

R\$ milhões

DISCRIMINAÇÃO	2008		2009
	JUL	JUN	JUL
<b>I. DÍVIDA EXTERNA</b>	<b>93.515</b>	<b>112.728</b>	<b>107.201</b>
I.1. Dívida Mobiliária	71.924	87.536	83.039
Euro	9.925	10.306	10.122
Global US\$	51.457	66.189	62.382
Global BRL	10.268	10.763	10.268
Demais	274	278	268
I.2. Dívida Contratual	21.591	25.192	24.162
Organismos Internacionais	18.141	21.387	20.488
Bancos Privados e Agências Governamentais	3.450	3.805	3.674
<b>II. HAVERES EXTERNOS</b>	<b>255</b>	<b>288</b>	<b>289</b>
II.1. Disponibilidades de Fundos, Autarquias e Fundações	255	288	289
<b>III. DÍVIDA EXTERNA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL</b>	<b>93.260</b>	<b>112.440</b>	<b>106.912</b>
<b>IV. DÍVIDA EXTERNA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL/PIB<sup>1</sup></b>	<b>3,2%</b>	<b>3,9%</b>	<b>3,7%</b>

(\*) Dados sujeitos a alteração.  
<sup>1</sup> PIB valorizado pelo IGD-DI centrado.

Essa redução decorreu da valorização do real frente às demais moedas que compõem a Dívida Externa, cuja magnitude alcançou no mês R\$ 3,9 bilhões e também do resgate líquido de R\$ 2,5 bilhões no período, contra a apropriação de juros no valor de R\$ 854,0 milhões. Do estoque total da dívida, a mobiliária corresponde a 77,5% (R\$ 83,0 bilhões); e a dívida contratual representa 22,5% (R\$ 24,2 bilhões).



**TABELA 8**  
**VARIAÇÃO DA DÍVIDA EXTERNA DO TESOURO NACIONAL**  
**BRASIL, JUL/2009**

R\$ milhões

Discriminação	Saldo Jun/09	Fatores de Variação <sup>1</sup>				Saldo Jul/09
		Emissões	Resgates <sup>2</sup>	Juros <sup>3</sup>	Variação Cambial	
<b>Dívida Mobiliária</b>	<b>87.536</b>	-	<b>2.311</b>	<b>756</b>	<b>(2.942)</b>	<b>83.039</b>
Global US\$	66.189	-	2.311	577	(2.073)	62.382
Euro	10.306	-	-	79	(264)	10.122
Global BRL	10.763	-	-	99	(594)	10.268
Demais	278	-	-	1	(11)	268
<b>Dívida Contratual</b>	<b>25.192</b>	<b>15</b>	<b>171</b>	<b>97</b>	<b>(972)</b>	<b>24.162</b>
Org. Internacionais	21.387	5	144	80	(840)	20.488
Bancos Priv./Ag. Gov.	3.805	11	27	18	(133)	3.674
<b>Total</b>	<b>112.728</b>	<b>15</b>	<b>2.482</b>	<b>854</b>	<b>(3.914)</b>	<b>107.201</b>

<sup>1</sup> Valores negativos (positivos) indicam decréscimo (acréscimos) ao saldo da obrigação.

<sup>2</sup> Inclui pagamentos regulares e antecipados, cancelamentos referentes a permuta de títulos e outros ajustes.

<sup>3</sup> Refere-se aos juros nominais apropriados por competência na moeda de referência, convertido para moeda local pela taxa de câmbio de final de período.

Em comparação ao ano anterior, a Dívida Externa Líquida do Tesouro Nacional aumentou R\$ 13,7 bilhões em termos nominais, passando de R\$ 93,3 bilhões em julho de 2008 para R\$ 106,9 bilhões em julho de 2009. Em percentual do PIB, o aumento foi de 0,5 p.p. do PIB.

# Anexos

## **a) Lista de Abreviaturas**

### **b) Tabelas do Resultado Fiscal (Informação dos 12 meses anteriores)**

**Tabela A1** – Resultado Primário do Governo Central

**Tabela A2** – Execução Financeira do Tesouro Nacional

**Tabela A3** – Relacionamento Tesouro/Banco Central

**Tabela A4** – Subsídios e Subvenções Econômicas (Operações Oficiais de Crédito)

### **c) Tabelas da Dívida (Informação dos 12 meses anteriores)**

**Tabela A5** – Dívida Líquida do Tesouro Nacional

**Tabela A6** – Dívida do Tesouro Nacional

**Tabela A7** – Haveres do Tesouro Nacional

### **d) Outras Informações**

**Tabela A8** – Investimento do Governo Federal por Órgão até Julho 2009/2008

### **e) Boletim de Transferências para Estados e Municípios**

Boletim FPE/FPM/IPI Exportação

Boletim Fundeb

## **LISTA DE ABREVIATURAS**

### **Abreviaturas mais comuns do Resultado Fiscal**

Caged – Cadastro Geral de Empregados e Desempregados  
CBEE – Comercializadora Brasileira de Energia Elétrica  
CIDE – Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico  
Cofins – Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social  
CPMF – Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira  
CPSS – Contribuição para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público  
CSLL – Contribuição Social sobre Lucro Líquido  
Emgea – Empresa Gestora de Ativos  
FAT – Fundo de Amparo ao Trabalhador  
FGTS – Fundo de Garantia por Tempo de Serviço  
FND – Fundo Nacional de Desenvolvimento  
FPE – Fundo de Participação de Estados  
FPM – Fundo de Participação de Municípios  
ICMS – Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços  
IGP-DI – Índice Geral de Preços (Disponibilidade Interna)  
INSS – Instituto Nacional de Seguridade Social  
IPI – Imposto sobre Produtos Industrializados  
IRPF – Imposto de Renda de Pessoa Física  
IRPJ – Imposto de Renda de Pessoa Jurídica  
IRRF – Imposto de Renda Retido na Fonte  
LOAS – Lei Orgânica de Assistência Social  
PAC – Programa de Aceleração do Crescimento  
Paes – Parcelamento Especial  
Pasep – Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público  
PESA – Programa Especial de Saneamento de Ativos  
PGFN – Procuradoria Geral da Fazenda Nacional  
PIB – Produto Interno Bruto  
PIS – Programa de Integração Social  
POOC – Programa das Operações Oficiais de Crédito  
Proex – Programa de Incentivo às Exportações  
Pronaf – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar  
PSH – Programa de Subsídio à Habitação  
Refis – Programa de Recuperação Fiscal  
RFB – Receita Federal do Brasil  
RGPS – Regime Geral da Previdência Social  
RMV – Renda Mensal Vitalícia

### **Abreviaturas mais comuns da Dívida**

BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social  
CFT – Certificado Financeiro do Tesouro (séries)  
CVS – título representativo da dívida do FCVS  
DPFe – Dívida Pública Federal Externa  
DPMFi – Dívida Pública Mobiliária Federal Interna  
FCVS – Fundo de Compensação de Variações Salariais  
Fies – Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior  
IGP-M – Índice Geral de Preços (Mercado)  
Incra – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária  
ITR – Imposto Territorial Rural  
IPCA – Índice de Preços ao Consumidor Ampliado  
LFT – Letras Financeiras do Tesouro (séries)  
LTN – Letras do Tesouro Nacional  
NTN – Notas do Tesouro Nacional (Séries)  
PAF – Plano Anual de Financiamento  
Selic – Sistema Especial de Liquidação e Custódia  
TDA – Títulos da Dívida Agrária  
TR – Taxa Referencial



	Jul/2008	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul/2009
<b>FLUXO FISCAL</b>													
<b>I. RECEITAS</b>	<b>59.325,6</b>	<b>65.917,3</b>	<b>59.770,2</b>	<b>61.998,8</b>	<b>66.575,9</b>	<b>80.010,6</b>	<b>43.205,7</b>	<b>54.920,8</b>	<b>57.812,7</b>	<b>59.452,6</b>	<b>62.225,9</b>	<b>57.326,3</b>	<b>54.386,0</b>
I.1 - Recolhimento Bruto	42.385,8	49.466,0	42.291,3	44.535,3	49.654,8	52.163,7	28.006,0	39.410,2	39.517,1	42.264,7	45.245,3	40.844,4	36.534,3
I.2 - (-) Incentivos Fiscais	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	-27,3	-27,5	0,0	0,0
I.3 - Outras Operações Oficiais de Crédito	1.577,0	1.216,3	1.963,7	1.753,6	1.175,8	2.136,9	1.576,7	1.121,6	2.318,8	1.878,7	1.171,0	2.103,2	1.596,5
I.4 - Receita das Operações de Crédito	134,7	248,4	180,3	299,2	102,8	326,0	96,3	144,7	170,9	250,9	465,1	93,7	254,4
I.5 - Receita do Salário Educação	794,3	777,3	816,8	810,6	807,0	826,7	1.419,6	819,9	805,1	835,2	799,9	833,2	840,6
I.6 - Arrecadação Líquida da Previdência Social	14.433,8	14.209,3	14.518,2	14.600,1	14.835,4	24.557,4	12.107,2	13.424,4	15.000,8	14.250,4	14.572,1	13.451,9	15.160,3
I.6 - Remuneração de Disponibilidades - BB	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
<b>II. DESPESAS</b>	<b>64.255,8</b>	<b>49.005,2</b>	<b>54.756,8</b>	<b>48.764,0</b>	<b>67.037,4</b>	<b>61.135,6</b>	<b>80.081,3</b>	<b>56.686,2</b>	<b>55.927,4</b>	<b>56.283,0</b>	<b>68.304,2</b>	<b>64.168,5</b>	<b>69.325,0</b>
<b>II.1 - Liberações Vinculadas</b>	<b>11.274,5</b>	<b>14.217,2</b>	<b>11.648,5</b>	<b>12.292,7</b>	<b>16.506,4</b>	<b>15.469,4</b>	<b>13.426,1</b>	<b>13.615,8</b>	<b>10.159,3</b>	<b>12.006,4</b>	<b>15.522,8</b>	<b>14.443,8</b>	<b>10.713,2</b>
II.1.1 - Transferências a Fundos Constitucionais	7.572,0	9.181,7	8.122,5	7.754,2	9.720,2	12.222,9	9.476,5	8.827,1	7.049,6	8.350,8	9.966,2	8.615,3	6.643,8
II.1.2 - Demais transferências a Estados e Municípios	1.129,6	2.434,1	848,1	1.178,1	2.636,2	671,8	1.406,4	2.268,3	1.031,5	1.016,0	2.547,2	1.263,3	1.403,0
II.1.3 - Lei Complementar 87/Lei Complementar 115	162,5	162,5	162,5	812,5	1.595,3	1.329,8	162,5	162,5	162,5	162,5	162,5	2.112,5	162,5
II.1.4 - Outras Vinculações	2.410,4	2.438,9	2.515,5	2.547,9	2.554,7	1.244,9	2.380,7	2.357,9	1.915,7	2.477,1	2.846,9	2.452,6	2.503,9
<b>II.2 - Liberações Ordinárias</b>	<b>52.981,3</b>	<b>34.788,0</b>	<b>43.108,3</b>	<b>36.471,2</b>	<b>50.531,0</b>	<b>45.666,2</b>	<b>66.655,1</b>	<b>43.070,4</b>	<b>45.768,1</b>	<b>44.276,6</b>	<b>52.781,4</b>	<b>49.724,7</b>	<b>58.611,8</b>
II.2.1 - Pessoal e Encargos Sociais	10.926,4	10.536,1	11.035,2	11.537,6	17.444,8	14.171,8	17.522,4	12.168,4	12.491,6	11.815,7	12.082,0	15.316,6	12.565,2
II.2.2 - Encargos da Dívida Contratual	3.254,8	1.434,0	45,0	0,8	81,2	493,5	2.583,9	810,5	559,5	1.209,1	2.514,5	719,4	1.800,2
i) Dívida Contratual Interna	96,3	101,0	102,5	101,8	62,1	72,1	70,5	103,2	109,7	105,8	90,9	101,5	94,3
ii) Dívida Contratual Externa	3.158,5	1.333,1	-57,5	-100,9	19,2	421,5	2.513,4	707,3	449,8	1.103,3	2.423,6	617,9	1.705,9
II.2.3 - Encargos da DPMF - Mercado	11.019,1	2.761,5	4.387,0	2.152,2	6.041,4	5.387,0	16.229,6	3.022,2	5.273,7	2.025,2	8.698,6	2.317,0	14.014,9
II.2.4 - Benefícios Previdenciários	18.233,1	12.160,9	18.904,3	12.765,2	16.377,2	10.909,6	22.525,5	18.125,5	16.001,1	17.285,8	16.905,9	17.512,9	17.487,5
II.2.5 - Custeio e Investimento	9.240,9	7.740,9	8.548,5	9.525,9	10.328,3	14.293,5	7.191,4	8.792,1	11.210,9	11.649,5	12.032,7	13.544,9	12.438,9
II.2.6 - Operações Oficiais de Crédito	307,1	154,5	188,2	489,6	258,1	410,8	602,4	151,6	231,3	291,3	547,6	313,8	305,1
II.2.7 - Restos a Pagar													
<b>III. RESULTADO FINANCEIRO DO TESOIRO (I - II)</b>	<b>-4.930,3</b>	<b>16.912,2</b>	<b>5.013,4</b>	<b>13.234,8</b>	<b>-461,5</b>	<b>18.875,0</b>	<b>-36.875,5</b>	<b>-1.765,3</b>	<b>1.885,3</b>	<b>3.169,6</b>	<b>-6.078,3</b>	<b>-6.842,2</b>	<b>-14.939,0</b>
<b>FLUXO DE FINANCIAMENTO</b>													
<b>IV. RECEITAS</b>	<b>21.375,8</b>	<b>19.965,2</b>	<b>8.888,4</b>	<b>10.107,0</b>	<b>13.618,9</b>	<b>68.171,1</b>	<b>31.781,5</b>	<b>20.741,7</b>	<b>21.692,9</b>	<b>19.436,5</b>	<b>38.493,2</b>	<b>27.975,8</b>	<b>34.908,6</b>
IV.1 - Emissão de Títulos - Mercado	20.699,5	19.202,7	7.777,9	9.243,1	12.867,2	66.843,8	30.903,9	19.221,0	20.435,4	17.964,8	37.125,4	26.523,9	33.968,2
IV.2 - Outras Operações de Crédito	676,3	762,5	1.110,5	863,9	751,7	1.327,3	877,6	1.520,7	1.257,5	1.471,7	1.367,9	1.451,9	940,3
<b>V. DESPESAS</b>	<b>65.622,6</b>	<b>3.966,6</b>	<b>18.412,7</b>	<b>26.669,0</b>	<b>2.555,5</b>	<b>21.618,0</b>	<b>74.643,1</b>	<b>3.173,2</b>	<b>26.033,9</b>	<b>27.849,7</b>	<b>27.054,2</b>	<b>16.383,2</b>	<b>30.363,0</b>
V.1 - Amortização da Dívida Interna	64.595,9	3.220,7	18.278,5	26.556,3	2.466,0	21.462,8	72.787,7	1.346,6	25.548,1	27.245,3	24.966,6	14.050,1	29.322,0
V.1.1 - Resgate de Títulos - Mercado	64.450,9	3.068,5	18.126,1	26.385,2	2.273,6	21.277,0	72.670,4	1.167,8	25.328,3	27.061,8	24.787,4	13.873,0	29.140,1
V.1.2 - Dívida Contratual	145,0	152,1	152,5	171,1	192,4	185,8	117,3	178,8	219,8	183,5	179,2	177,1	181,9
V.2 - Amortização da Dívida Externa	1.026,7	745,9	134,2	112,8	89,4	155,1	1.855,4	1.826,5	485,8	604,4	2.087,6	2.333,0	1.041,0
V.3 - Aquisição de Garantias/Outras Liberações	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
<b>VI. ENDIVIDAMENTO MOBILIÁRIO INTERNO LÍQUIDO (IV.1 - V.1)</b>	<b>-43.751,3</b>	<b>16.134,2</b>	<b>-10.348,2</b>	<b>-17.142,1</b>	<b>10.593,6</b>	<b>45.566,8</b>	<b>-41.766,5</b>	<b>18.053,3</b>	<b>-4.892,8</b>	<b>-9.097,0</b>	<b>12.338,0</b>	<b>12.650,9</b>	<b>4.828,1</b>
<b>VII. RESULTADO RELACIONAMENTO TESOIRO/BACEN</b>	<b>-26.698,7</b>	<b>2.822,9</b>	<b>5.596,3</b>	<b>1.112,2</b>	<b>482,9</b>	<b>31.992,5</b>	<b>-35.790,1</b>	<b>832,7</b>	<b>14.218,4</b>	<b>-8.392,9</b>	<b>178,4</b>	<b>22.878,1</b>	<b>-22.833,0</b>
<b>VIII. FLUXO DE CAIXA TOTAL (III + IV + V + VII)</b>	<b>-75.875,7</b>	<b>35.733,8</b>	<b>1.085,4</b>	<b>-2.215,0</b>	<b>11.084,8</b>	<b>97.420,6</b>	<b>-115.527,3</b>	<b>16.635,9</b>	<b>11.762,8</b>	<b>-13.636,6</b>	<b>5.539,0</b>	<b>27.628,6</b>	<b>-33.226,5</b>

**TABELA A3 - RELACIONAMENTO TESOURO/BANCO CENTRAL \***

R\$ milhões

	Jul/2008	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul/2009
<b>I. RECEITAS ORIUNDAS DO BACEN</b>	<b>2.301,3</b>	<b>4.022,9</b>	<b>5.596,3</b>	<b>17.412,2</b>	<b>2.682,9</b>	<b>31.992,5</b>	<b>1.709,9</b>	<b>1.832,7</b>	<b>14.218,4</b>	<b>3.107,1</b>	<b>10.978,4</b>	<b>26.378,1</b>	<b>3.167,0</b>
I.1. Emissão de Títulos	0,0	1.496,8	0,0	15.896,9	0,0	29.469,3	0,0	0,0	11.577,4	0,0	7.585,4	22.865,1	0,0
I.2. Remuneração das Disponibilidades	2.191,3	2.312,3	2.163,4	1.357,3	2.401,8	2.274,9	1.579,6	1.666,3	2.501,1	2.954,9	3.223,0	3.328,8	2.943,9
I.3. Remuneração das Aplic. Financeiras das Ugs	110,1	213,8	183,8	157,9	281,1	248,3	130,2	166,4	140,0	152,2	170,0	184,3	223,2
I.4. Resultado do Banco Central	0,0	0,0	3.249,1	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
<b>II. DESPESAS NO BACEN</b>	<b>29.000,0</b>	<b>1.200,0</b>	<b>0,0</b>	<b>16.300,0</b>	<b>2.200,0</b>	<b>0,0</b>	<b>37.500,0</b>	<b>1.000,0</b>	<b>0,0</b>	<b>11.500,0</b>	<b>10.800,0</b>	<b>3.500,0</b>	<b>26.000,0</b>
II.1. Resgate de Títulos	23.500,0	693,5	0,0	16.300,0	0,0	0,0	30.000,0	0,0	0,0	11.000,0	7.880,7	2.943,1	20.000,0
II.2. Encargos da DPMF	5.500,0	506,5	0,0	0,0	2.200,0	0,0	7.500,0	1.000,0	0,0	500,0	2.919,3	556,9	6.000,0
<b>III. RESULTADO (I - II)</b>	<b>-26.698,7</b>	<b>2.822,9</b>	<b>5.596,3</b>	<b>1.112,2</b>	<b>482,9</b>	<b>31.992,5</b>	<b>-35.790,1</b>	<b>832,7</b>	<b>14.218,4</b>	<b>-8.392,9</b>	<b>178,4</b>	<b>22.878,1</b>	<b>-22.833,0</b>

\* Dados revistos, sujeitos a alteração.

**TABELA A4 - SUBSÍDIOS E SUBVENÇÕES ECONÔMICAS (OPERAÇÕES OFICIAIS DE CRÉDITO) \***

R\$ milhões

	Jul/2008	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul/2009
<b>I. EQUALIZAÇÃO DE CUSTEIO AGROPECUÁRIO</b>	46,0	1,0	29,9	133,3	60,3	3,1	105,4	71,8	2,8	2,4	1,8	1,6	1,5
<b>II. EQUALIZAÇÃO DE INVEST. RURAL E AGROINDUSTRIAL</b>	2,8	0,3	0,0	0,1	0,1	0,1	15,7	0,0	-0,1	0,1	-118,8	0,3	0,7
<b>III. POLÍTICA DE PREÇOS AGRÍCOLAS</b>	59,0	-5,8	-16,1	-22,1	206,1	125,1	249,5	130,4	219,5	317,8	99,2	129,3	294,5
III.1. Equalização Empréstimo do Governo Federal	0,0	0,1	0,0	0,0	3,5	0,1	2,3	8,5	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1
III.2. Equalização Aquisições do Governo Federal	-0,1	-30,8	-36,2	-62,4	132,4	76,0	140,7	86,9	119,5	227,3	29,5	33,6	152,2
III.3. Garantia à Sustentação de Preços	59,0	25,0	20,0	40,3	70,2	49,0	106,5	35,0	100,0	90,4	69,6	95,6	142,3
<b>IV. PRONAF</b>	85,6	-2,1	18,8	189,6	25,9	140,5	222,8	7,2	2,6	8,0	106,2	22,5	28,5
IV.1. Equalização Empréstimo do Governo Federal	74,0	12,7	13,2	102,3	42,1	9,9	191,3	3,0	6,7	4,9	109,5	6,6	8,4
IV.2. Concessão de Financiamento <sup>1</sup>	11,5	-14,8	5,6	87,3	-16,2	130,5	31,4	4,2	-4,0	3,1	-3,3	15,9	20,2
<b>V. PROEX</b>	51,5	-27,9	44,6	32,2	58,5	-50,5	89,9	-110,3	33,6	9,4	18,6	45,0	-63,4
V.1. Equalização Empréstimo do Governo Federal	34,9	26,6	25,9	47,2	25,3	0,8	88,9	1,0	35,9	59,3	27,1	29,9	52,4
V.2. Concessão de Financiamento <sup>1</sup>	16,6	-54,6	18,7	-15,1	33,1	-51,3	1,1	-111,2	-2,3	-50,0	-8,6	15,1	-115,8
<b>VI. PROGRAMA ESPECIAL DE SANEAMENTO DE ATIVOS (PESA)<sup>2</sup></b>	57,5	8,6	2,1	1,1	32,3	187,4	0,0	0,0	0,0	27,5	27,5	88,0	0,0
<b>VII. CACAU</b>	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,7	0,0	0,0
<b>VIII. PROGRAMA DE SUBSÍDIO À HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL (PSH)</b>	146,6	0,0	0,0	1,4	0,0	48,7	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	5,2	152,9
<b>IX. SECURITIZAÇÃO DA DÍVIDA AGRÍCOLA (LEI 9.138/1995)</b>	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
<b>X. FUNDO DA TERRA/ INCRA<sup>1</sup></b>	89,7	48,9	119,5	115,7	138,1	233,0	66,2	58,1	50,4	75,6	26,5	42,2	95,7
<b>XI. FUNCAFÉ</b>	0,6	0,3	1,6	0,9	1,4	3,7	21,0	4,0	3,9	3,3	7,3	2,3	1,5
<b>XII. REVITALIZA</b>	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	32,8	0,0	0,0
<b>XIII. FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO (FND)<sup>1</sup></b>	586,5	-1.670,8	-9,7	107,3	-30,9	-19,5	-16,9	-26,6	-2.017,6	-11,5	-20,3	-2.121,1	-9,8
<b>XIV. TOTAL</b>	1.125,6	-1.647,4	190,6	559,6	491,8	671,6	753,7	134,6	-1.704,7	432,8	181,5	-1.784,8	502,2

\* Dados revisados, sujeitos a alteração. Não inclui reordenamento de passivos e despesas com subvenções aos fundos regionais.

<sup>1</sup> Concessão de empréstimos menos retornos.

<sup>2</sup> Inclui "despesas" decorrentes da baixa de ativos associada a inscrição em Dívida Ativa da União.



**TABELA A5 - DÍVIDA LÍQUIDA DO TESOUREO NACIONAL**

R\$ milhões

	Jul/08	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul/09
<b>I. DÍVIDA INTERNA LÍQUIDA</b>	<b>625.730,9</b>	<b>625.853,6</b>	<b>624.506,8</b>	<b>614.743,6</b>	<b>618.211,8</b>	<b>699.217,7</b>	<b>711.250,2</b>	<b>715.153,6</b>	<b>540.251,0</b>	<b>543.876,3</b>	<b>557.926,9</b>	<b>571.141,3</b>	<b>597.426,8</b>
<b>I.1. DÍVIDA INTERNA</b>	<b>1.607.106,6</b>	<b>1.630.174,4</b>	<b>1.635.168,2</b>	<b>1.640.490,7</b>	<b>1.660.273,7</b>	<b>1.764.096,5</b>	<b>1.685.118,5</b>	<b>1.714.351,9</b>	<b>1.751.401,5</b>	<b>1.736.813,5</b>	<b>1.750.014,5</b>	<b>1.821.636,1</b>	<b>1.841.321,7</b>
DPMFi em Poder do Público <sup>1</sup>	1.204.404,8	1.223.194,9	1.224.735,1	1.226.272,2	1.244.393,7	1.264.823,3	1.221.097,0	1.247.398,7	1.267.793,9	1.261.787,1	1.274.255,2	1.321.875,6	1.349.885,5
DPMFi em Poder do Banco Central	398.581,9	402.357,0	406.314,7	410.149,2	412.005,8	494.310,9	462.366,3	465.516,4	482.112,0	474.243,2	475.565,3	499.646,1	490.801,4
(-) Aplicações em Títulos Públicos	-18.373,8	-17.941,2	-18.360,0	-18.359,0	-18.594,1	-17.453,7	-20.678,5	-20.778,2	-20.606,8	-21.150,0	-21.609,2	-21.579,0	-20.943,0
Demais Obrigações Internas	22.493,7	22.563,6	22.478,4	22.428,4	22.468,4	22.416,0	22.333,8	22.215,1	22.102,4	21.933,1	21.803,2	21.693,3	21.577,7
<b>I.2. HAVERES INTERNOS</b>	<b>981.375,7</b>	<b>1.004.320,8</b>	<b>1.010.661,3</b>	<b>1.025.747,1</b>	<b>1.042.061,9</b>	<b>1.064.878,8</b>	<b>973.868,4</b>	<b>999.198,3</b>	<b>1.211.150,5</b>	<b>1.192.937,2</b>	<b>1.192.087,6</b>	<b>1.250.494,8</b>	<b>1.243.894,9</b>
Disponibilidades Internas	222.228,1	237.701,5	232.999,0	233.664,4	236.939,8	255.437,2	166.237,7	182.233,3	385.985,3	374.393,5	375.963,9	407.426,1	379.621,3
Haveres junto aos Governos Regionais	439.178,9	444.230,9	443.603,9	446.713,7	452.542,1	451.960,3	450.168,0	450.193,7	448.267,0	443.839,8	443.091,1	442.402,3	440.796,7
Haveres da Administração Indireta	198.694,2	199.495,2	201.410,8	203.994,2	206.317,9	210.251,0	205.422,4	210.080,2	207.972,7	208.259,8	210.098,0	212.328,5	211.358,2
Haveres Administrados pela STN	121.274,5	122.893,2	132.647,6	141.374,7	146.262,1	147.230,3	152.040,3	156.691,1	168.925,4	166.444,0	162.934,6	188.337,9	212.118,7
<b>II. DÍVIDA EXTERNA LÍQUIDA</b>	<b>93.260,1</b>	<b>96.053,5</b>	<b>110.044,8</b>	<b>118.724,4</b>	<b>129.555,8</b>	<b>132.187,0</b>	<b>130.836,8</b>	<b>133.223,7</b>	<b>130.070,3</b>	<b>121.907,4</b>	<b>113.759,3</b>	<b>112.440,0</b>	<b>106.911,6</b>
<b>II.1. DÍVIDA EXTERNA</b>	<b>93.514,9</b>	<b>96.320,8</b>	<b>110.364,4</b>	<b>119.084,6</b>	<b>129.984,2</b>	<b>132.512,2</b>	<b>131.143,7</b>	<b>133.599,5</b>	<b>130.450,1</b>	<b>122.247,9</b>	<b>114.057,9</b>	<b>112.728,0</b>	<b>107.201,0</b>
Dívida Mobiliária	71.923,9	74.022,9	84.596,8	90.883,2	99.035,5	100.924,9	100.030,7	102.037,1	100.147,8	94.004,8	88.517,7	87.535,6	83.039,3
Dívida Contratual	21.591,1	22.297,9	25.767,5	28.201,5	30.948,7	31.587,4	31.113,0	31.562,4	30.302,3	28.243,0	25.540,2	25.192,5	24.161,7
<b>II.2. HAVERES EXTERNOS</b>	<b>254,8</b>	<b>267,2</b>	<b>319,5</b>	<b>360,2</b>	<b>428,4</b>	<b>325,2</b>	<b>306,8</b>	<b>375,8</b>	<b>379,8</b>	<b>340,5</b>	<b>298,7</b>	<b>288,1</b>	<b>289,5</b>
Disp. de Fundos, Autarquias e Fundações	254,8	267,2	319,5	360,2	428,4	325,2	306,8	375,8	379,8	340,5	298,7	288,1	289,5
<b>III. DÍVIDA LÍQUIDA DO TESOUREO NACIONAL (I+II)</b>	<b>718.991,0</b>	<b>721.907,1</b>	<b>734.551,6</b>	<b>733.468,0</b>	<b>747.767,6</b>	<b>831.404,7</b>	<b>842.087,0</b>	<b>848.377,3</b>	<b>670.321,3</b>	<b>665.783,7</b>	<b>671.686,2</b>	<b>683.581,2</b>	<b>704.338,4</b>
<b>DÍVIDA LÍQUIDA DO TESOUREO NACIONAL/PIB<sup>2</sup></b>	<b>24,3%</b>	<b>24,4%</b>	<b>24,6%</b>	<b>24,4%</b>	<b>25,0%</b>	<b>28,0%</b>	<b>28,4%</b>	<b>28,9%</b>	<b>23,0%</b>	<b>22,8%</b>	<b>23,0%</b>	<b>23,5%</b>	<b>24,2%</b>

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

<sup>1</sup> Inclui títulos da dívida securitizada e TDA.

<sup>2</sup> PIB valorizado pelo IGP-DI centrado.

**TABELA A6 - DÍVIDA DO TESOUREO NACIONAL**

R\$ milhões

	Jul/08	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul/09
<b>I. DÍVIDA INTERNA</b>	<b>1.607.106,6</b>	<b>1.630.174,4</b>	<b>1.635.168,2</b>	<b>1.640.490,7</b>	<b>1.660.273,7</b>	<b>1.764.096,5</b>	<b>1.685.118,5</b>	<b>1.714.351,9</b>	<b>1.751.401,5</b>	<b>1.736.813,5</b>	<b>1.750.014,5</b>	<b>1.821.636,1</b>	<b>1.841.321,7</b>
<b>I.1. DPMFi EM PODER DO PÚBLICO<sup>1</sup></b>	<b>1.204.404,8</b>	<b>1.223.194,9</b>	<b>1.224.735,1</b>	<b>1.226.272,2</b>	<b>1.244.393,7</b>	<b>1.264.823,3</b>	<b>1.221.097,0</b>	<b>1.247.398,7</b>	<b>1.267.793,9</b>	<b>1.261.787,1</b>	<b>1.274.255,2</b>	<b>1.321.875,6</b>	<b>1.349.885,5</b>
LFT	443.454,3	451.294,9	437.680,8	444.700,2	455.979,6	453.131,4	470.624,3	482.269,0	471.368,1	483.897,7	500.767,9	499.212,2	537.902,9
LTN	226.629,7	232.314,2	238.952,8	223.739,5	229.185,0	239.143,0	178.147,5	188.118,3	212.314,6	187.246,1	199.825,5	232.028,3	217.223,0
NTN-B	283.994,5	285.561,7	289.519,7	293.054,3	290.260,5	298.888,3	304.538,4	306.455,2	311.249,8	315.888,4	291.850,7	301.300,4	307.032,7
NTN-C	57.396,2	57.181,0	57.578,7	58.042,0	58.705,1	59.116,7	57.533,5	58.074,4	57.985,4	57.716,9	58.078,5	58.481,8	56.918,9
NTN-F	145.323,2	152.325,3	158.098,4	162.572,9	164.189,2	168.021,5	164.264,0	166.110,4	169.172,6	172.541,6	180.324,9	187.542,1	188.561,6
Dívida Securitizada	19.793,0	16.295,2	13.236,6	13.399,9	13.912,7	15.089,3	14.959,9	14.902,3	14.766,3	14.709,8	14.829,8	14.822,3	14.268,3
Demais Títulos em Poder do Público	27.813,9	28.222,6	29.668,1	30.763,2	32.161,6	31.432,9	31.029,3	31.469,1	30.937,2	29.786,6	28.577,8	28.488,5	27.978,1
<b>I.2. DPMFi EM PODER DO BANCO CENTRAL</b>	<b>398.581,9</b>	<b>402.357,0</b>	<b>406.314,7</b>	<b>410.149,2</b>	<b>412.005,8</b>	<b>494.310,9</b>	<b>462.366,3</b>	<b>465.516,4</b>	<b>482.112,0</b>	<b>474.243,2</b>	<b>475.565,3</b>	<b>499.646,1</b>	<b>490.801,4</b>
LFT	122.995,2	125.749,3	127.136,1	139.587,9	141.013,3	187.345,5	189.309,2	190.929,0	198.923,8	200.594,8	206.040,9	215.088,7	224.706,8
LTN	125.443,1	126.635,6	127.866,9	116.891,7	117.971,9	131.148,6	98.927,1	99.801,8	106.362,5	95.271,1	99.951,2	109.976,1	91.986,9
Demais Títulos na Carteira do BCB	150.143,6	149.972,1	151.311,7	153.669,6	153.020,6	175.816,8	174.130,0	174.785,6	176.825,7	178.377,3	169.573,1	174.581,3	174.107,7
<b>I.3. (-) APLICAÇÕES OFICIAIS EM TÍTULOS PÚBLICOS</b>	<b>-18.373,8</b>	<b>-17.941,2</b>	<b>-18.360,0</b>	<b>-18.359,0</b>	<b>-18.594,1</b>	<b>-17.453,7</b>	<b>-20.678,5</b>	<b>-20.778,2</b>	<b>-20.606,8</b>	<b>-21.150,0</b>	<b>-21.609,2</b>	<b>-21.579,0</b>	<b>-20.943,0</b>
<b>I.4. DEMAIS OBRIGAÇÕES INTERNAS</b>	<b>22.493,7</b>	<b>22.563,6</b>	<b>22.478,4</b>	<b>22.428,4</b>	<b>22.468,4</b>	<b>22.416,0</b>	<b>22.333,8</b>	<b>22.215,1</b>	<b>22.102,4</b>	<b>21.933,1</b>	<b>21.803,2</b>	<b>21.693,3</b>	<b>21.577,7</b>
<b>II. DÍVIDA EXTERNA</b>	<b>93.514,9</b>	<b>96.320,8</b>	<b>110.364,4</b>	<b>119.084,6</b>	<b>129.984,2</b>	<b>132.512,2</b>	<b>131.143,7</b>	<b>133.599,5</b>	<b>130.450,1</b>	<b>122.247,9</b>	<b>114.057,9</b>	<b>112.728,0</b>	<b>107.201,0</b>
<b>II.1. DÍVIDA MOBILIÁRIA</b>	<b>71.923,9</b>	<b>74.022,9</b>	<b>84.596,8</b>	<b>90.883,2</b>	<b>99.035,5</b>	<b>100.924,9</b>	<b>100.030,7</b>	<b>102.037,1</b>	<b>100.147,8</b>	<b>94.004,8</b>	<b>88.517,7</b>	<b>87.535,6</b>	<b>83.039,3</b>
Euro	9.925,1	9.812,4	10.869,3	10.945,2	12.132,9	13.359,3	12.055,8	12.038,3	12.357,9	10.808,1	10.534,9	10.306,2	10.121,9
Global US\$	51.456,9	53.556,5	62.963,4	69.042,0	75.871,7	76.433,3	77.339,1	79.252,4	76.999,5	72.325,0	67.039,4	66.188,7	62.381,7
Global BRL	10.267,9	10.366,9	10.466,0	10.565,0	10.664,0	10.763,0	10.267,9	10.366,9	10.466,0	10.565,0	10.664,0	10.763,0	10.267,9
Demais Títulos Externos	273,9	287,1	298,1	331,0	366,9	369,3	367,8	379,4	324,4	306,8	279,4	277,7	267,8
<b>II.2. DÍVIDA CONTRATUAL</b>	<b>21.591,1</b>	<b>22.297,9</b>	<b>25.767,5</b>	<b>28.201,5</b>	<b>30.948,7</b>	<b>31.587,4</b>	<b>31.113,0</b>	<b>31.562,4</b>	<b>30.302,3</b>	<b>28.243,0</b>	<b>25.540,2</b>	<b>25.192,5</b>	<b>24.161,7</b>
Organismos Multilaterais	18.141,4	18.719,6	21.565,9	23.666,4	25.864,6	26.514,2	26.066,7	26.511,7	25.463,3	23.897,7	21.550,4	21.387,3	20.487,6
Credores Privados e Ag. Governamentais	3.449,7	3.578,3	4.201,6	4.535,1	5.084,1	5.073,2	5.046,3	5.050,7	4.839,0	4.345,3	3.989,9	3.805,2	3.674,1
<b>III. DÍVIDA DO TESOUREO NACIONAL (I+II)</b>	<b>1.700.621,5</b>	<b>1.726.495,1</b>	<b>1.745.532,5</b>	<b>1.759.575,4</b>	<b>1.790.257,9</b>	<b>1.896.608,7</b>	<b>1.816.262,2</b>	<b>1.847.951,5</b>	<b>1.881.851,6</b>	<b>1.859.061,3</b>	<b>1.864.072,4</b>	<b>1.934.364,1</b>	<b>1.948.522,7</b>
<b>DÍVIDA DO TESOUREO NACIONAL/PIB<sup>2</sup></b>	<b>57,5%</b>	<b>58,4%</b>	<b>58,6%</b>	<b>58,6%</b>	<b>59,8%</b>	<b>63,8%</b>	<b>61,4%</b>	<b>62,9%</b>	<b>64,6%</b>	<b>63,7%</b>	<b>63,8%</b>	<b>66,4%</b>	<b>66,9%</b>

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

<sup>1</sup> Inclui TDA e dívida securitizada.

<sup>2</sup> PIB valorizado pelo IGP-DI centrado.

**TABELA A7 - HAVERES DO TESOURO NACIONAL**

R\$ milhões

	Jul/08	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul/2009
<b>I. HAVERES INTERNOS</b>	<b>981.375,7</b>	<b>1.004.320,8</b>	<b>1.010.661,3</b>	<b>1.025.747,1</b>	<b>1.042.061,9</b>	<b>1.064.878,8</b>	<b>973.868,4</b>	<b>999.198,3</b>	<b>1.211.150,5</b>	<b>1.192.937,2</b>	<b>1.192.087,6</b>	<b>1.250.494,8</b>	<b>1.243.894,9</b>
<b>I.1. DISPONIBILIDADES INTERNAS</b>	<b>222.228,1</b>	<b>237.701,5</b>	<b>232.999,0</b>	<b>233.664,4</b>	<b>236.939,8</b>	<b>255.437,2</b>	<b>166.237,7</b>	<b>182.233,3</b>	<b>385.985,3</b>	<b>374.393,5</b>	<b>375.963,9</b>	<b>407.426,1</b>	<b>379.621,3</b>
<b>I.2. HAVERES JUNTO AOS GOVERNOS REGIONAIS</b>	<b>439.178,9</b>	<b>444.230,9</b>	<b>443.603,9</b>	<b>446.713,7</b>	<b>452.542,1</b>	<b>451.960,3</b>	<b>450.168,0</b>	<b>450.193,7</b>	<b>448.267,0</b>	<b>443.839,8</b>	<b>443.091,1</b>	<b>442.402,3</b>	<b>440.796,7</b>
Bônus Renegociados	6.351,6	6.618,2	7.757,4	8.171,8	9.012,7	9.019,1	8.864,6	9.078,5	8.856,4	7.948,9	7.311,1	7.105,3	6.826,7
Haveres Originários do Proef (MP 2.196/01)	2.930,9	2.908,9	2.887,5	2.868,6	2.844,5	2.822,9	2.800,8	2.773,4	2.750,7	2.724,1	2.697,3	2.670,3	2.645,7
Cessão de Créditos Bacen (MP 2.179/01)	10.927,7	11.026,2	11.002,2	11.017,5	11.113,0	11.096,0	11.071,2	11.047,3	11.022,1	10.996,9	10.975,9	10.970,0	10.944,4
Reneg. de Dívidas junto aos Gov. Regionais (Lei 7.976/89)	1.226,0	1.239,0	1.343,8	1.411,3	1.449,1	1.102,9	1.068,2	1.061,8	1.016,7	955,5	845,9	482,3	441,7
Reneg. de Dívidas junto aos Gov. Regionais (Lei 8.727/93)	42.372,9	42.276,3	42.050,3	41.873,0	41.761,1	41.562,9	41.366,3	41.048,4	40.418,0	40.129,3	39.772,4	39.487,8	39.205,1
Renegociação de Dívidas Estaduais (Lei 9.496/97)	311.026,1	314.951,9	313.672,6	316.152,6	320.177,9	320.256,3	319.145,6	319.776,9	319.045,3	316.521,0	317.173,7	317.506,5	316.752,5
Renegociação de Dívidas Municipais (MP 2.185/01)	48.587,9	49.380,0	49.143,2	49.399,1	50.201,2	50.141,2	50.076,5	50.348,6	50.223,3	49.883,1	50.168,4	50.137,0	50.105,0
Antecipação de Royalties	13.015,1	13.077,3	12.955,3	12.995,3	13.110,1	13.079,5	12.943,0	12.226,0	12.160,2	11.979,3	11.509,3	11.444,3	11.318,5
Demais Haveres junto aos Governos Regionais	2.740,5	2.753,1	2.791,5	2.824,5	2.872,6	2.879,5	2.831,8	2.832,9	2.774,3	2.701,9	2.637,2	2.598,7	2.557,2
<b>I.3. HAVERES DA ADMINISTRAÇÃO INDIRETA</b>	<b>198.694,2</b>	<b>199.495,2</b>	<b>201.410,8</b>	<b>203.994,2</b>	<b>206.317,9</b>	<b>210.251,0</b>	<b>205.422,4</b>	<b>210.080,2</b>	<b>207.972,7</b>	<b>208.259,8</b>	<b>210.098,0</b>	<b>212.328,5</b>	<b>211.358,2</b>
Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT)	129.479,8	130.746,2	132.044,7	133.553,8	134.930,6	136.995,3	134.762,1	136.047,0	136.603,2	136.653,7	136.977,2	137.628,7	135.776,0
Fundos Constitucionais Regionais	42.346,9	42.781,2	43.323,7	43.940,2	44.385,5	44.935,7	45.387,3	45.844,7	46.387,0	46.854,4	47.275,2	47.804,5	48.327,2
Fundos Diversos	26.867,5	25.967,8	26.042,4	26.500,3	27.001,8	28.320,0	25.273,0	28.188,6	24.982,5	24.751,7	25.845,5	26.895,3	27.255,0
<b>I.4. HAVERES ADMINISTRADOS PELA STN</b>	<b>121.274,5</b>	<b>122.893,2</b>	<b>132.647,6</b>	<b>141.374,7</b>	<b>146.262,1</b>	<b>147.230,3</b>	<b>152.040,3</b>	<b>156.691,1</b>	<b>168.925,4</b>	<b>166.444,0</b>	<b>162.934,6</b>	<b>188.337,9</b>	<b>212.118,7</b>
Haveres de Órgãos, Entidades e Empresas Extintas	5.542,0	5.545,1	5.544,8	5.551,3	5.554,0	5.556,7	5.559,0	5.561,1	5.559,3	5.561,2	5.563,4	5.565,5	5.566,0
Haveres de Operações Estruturadas	44.310,9	44.923,5	46.655,0	48.138,5	49.751,7	50.075,7	50.004,3	53.984,2	53.687,3	52.676,1	51.367,9	51.260,7	50.737,0
Haveres Originários de Privatizações	7.077,4	7.079,9	7.423,1	7.427,3	7.429,6	7.433,2	7.428,9	7.421,6	7.405,8	7.410,5	7.404,2	7.397,7	7.392,3
Haveres de Legislação Específica	38.078,5	38.880,5	45.973,0	52.746,0	55.090,1	55.368,0	60.155,2	60.719,3	73.308,8	72.214,6	70.801,8	96.781,3	121.186,3
Demais Haveres Administrados pela STN	26.265,6	26.464,2	27.051,7	27.511,7	28.436,6	28.796,6	28.892,9	29.004,9	28.964,3	28.581,6	27.797,2	27.332,7	27.237,1
<b>II. HAVERES EXTERNOS</b>	<b>254,8</b>	<b>267,2</b>	<b>319,5</b>	<b>360,2</b>	<b>428,4</b>	<b>325,2</b>	<b>306,8</b>	<b>375,8</b>	<b>379,8</b>	<b>340,5</b>	<b>298,7</b>	<b>288,1</b>	<b>289,5</b>
Disponibilidades em Moeda Estrangeira	254,8	267,2	319,5	360,2	428,4	325,2	306,8	375,8	379,8	340,5	298,7	288,1	289,5
<b>III. HAVERES DO TESOURO NACIONAL (I+II)</b>	<b>981.630,5</b>	<b>1.004.588,1</b>	<b>1.010.980,9</b>	<b>1.026.107,4</b>	<b>1.042.490,3</b>	<b>1.065.204,0</b>	<b>974.175,2</b>	<b>999.574,2</b>	<b>1.211.530,3</b>	<b>1.193.277,7</b>	<b>1.192.386,2</b>	<b>1.250.782,9</b>	<b>1.244.184,4</b>
<b>HAVERES DO TESOURO NACIONAL/PIB<sup>1</sup></b>	<b>33,2%</b>	<b>34,0%</b>	<b>33,9%</b>	<b>34,2%</b>	<b>34,9%</b>	<b>35,9%</b>	<b>32,9%</b>	<b>34,0%</b>	<b>41,6%</b>	<b>40,9%</b>	<b>40,8%</b>	<b>42,9%</b>	<b>42,7%</b>

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

\1 PIB valorizado pelo IGP-DI centrado.

**TABELA A8 - INVESTIMENTO DO GOVERNO FEDERAL POR ÓRGÃO JULHO 2009/2008 \***

R\$ Mil

ÓRGÃO SUPERIOR	2008						2009					
	Dotação autorizada no ano	Despesa empenhada	Despesa Executada	Despesas pagas no ano <sup>1</sup>			Dotação autorizada no ano	Despesa empenhada	Despesa Executada	Despesas pagas no ano <sup>1</sup>		
				Valor pago do exercício	Restos a Pagar pagos <sup>2</sup>	Total				Valor pago do exercício	Restos a Pagar pagos <sup>2</sup>	Total
Câmara dos Deputados	364.418,1	3.452,0	833,2	781,5	6.861,8	7.643,3	273.212,6	19.737,8	870,0	868,2	18.523,3	19.391,5
Senado Federal	75.801,6	10.803,9	2.240,5	2.239,4	8.460,9	10.700,3	47.287,9	13.509,2	2.203,0	2.189,7	4.213,8	6.403,5
Tribunal de Contas da União	61.538,6	36.893,2	3.130,6	3.130,6	16.762,6	19.893,2	41.069,8	4.131,4	954,1	954,1	11.657,2	12.611,3
Supremo Tribunal Federal	69.118,6	4.135,2	1.228,2	1.221,8	35.732,4	36.954,3	69.313,8	4.557,7	1.765,7	1.765,7	43.762,8	45.528,5
Superior Tribunal de Justiça	15.409,6	2.667,9	226,5	164,0	11.746,1	11.910,1	14.385,0	6.020,5	2.565,4	2.557,3	7.799,1	10.356,5
Justiça Federal <sup>3</sup>	259.709,7	227.867,0	182.900,4	182.725,0	118.050,8	300.775,8	281.849,6	284.884,8	243.423,4	243.299,2	88.863,2	332.162,4
Justiça Militar	8.089,7	200,6	131,4	131,4	1.704,4	1.835,8	10.765,7	3.184,6	482,8	480,4	1.364,3	1.844,7
Justiça Eleitoral	290.994,5	166.488,1	42.867,5	34.469,1	64.312,0	98.781,1	183.029,8	89.979,2	4.731,8	4.370,3	115.044,4	119.414,7
Justiça do Trabalho	171.302,1	29.944,9	7.563,1	7.339,8	109.984,8	117.324,6	224.149,0	52.223,9	15.382,3	14.474,9	103.909,0	118.384,0
Justiça do Trabalho do Distrito Federal e dos Territórios	32.546,9	9.206,0	2.785,6	2.376,2	38.567,1	40.943,3	62.996,0	29.600,2	5.224,1	5.027,1	15.253,5	20.280,6
Presidência da República <sup>4</sup>	1.350.607,5	263.078,7	44.937,4	44.689,2	145.537,1	190.226,2	1.859.949,5	447.113,5	81.212,4	80.998,9	358.728,9	439.727,8
Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão	51.991,4	3.196,1	152,5	150,1	12.831,5	12.981,5	389.018,3	123.161,5	6.981,5	6.981,2	19.177,4	26.158,7
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	824.009,4	306.203,8	5.917,8	2.289,9	292.458,6	294.748,5	1.169.200,4	80.664,2	18.165,0	15.834,0	258.081,9	273.915,9
Ministério da Ciência e Tecnologia	1.174.244,8	362.022,2	102.551,7	90.744,5	190.962,3	281.706,8	1.638.397,1	623.473,1	331.272,6	232.673,4	278.404,5	511.077,8
Ministério da Fazenda	482.410,6	291.365,1	6.906,3	6.876,2	85.884,5	92.760,7	1.301.576,6	64.199,0	27.335,1	27.115,3	45.331,7	72.446,9
Ministério da Educação	2.900.731,1	905.413,6	334.302,7	322.695,0	1.347.841,4	1.670.536,4	4.690.497,6	970.371,7	237.864,5	223.459,5	1.162.566,9	1.386.026,4
Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior	196.170,7	12.617,5	1.163,0	1.163,0	22.318,5	23.481,6	171.921,0	11.773,2	8.782,0	8.191,0	9.724,0	17.915,0
Ministério da Justiça	1.325.639,5	347.089,0	71.356,3	70.865,7	183.424,5	254.290,2	887.600,4	241.547,0	39.790,3	38.101,3	288.485,5	326.586,9
Ministério de Minas e Energia	64.516,2	9.800,5	2.172,2	2.136,2	13.807,0	15.943,1	67.156,4	15.981,1	8.421,6	8.352,5	14.543,5	22.896,0
Ministério da Previdência Social	148.128,2	19.865,5	2.948,4	2.726,9	38.061,9	40.788,9	239.477,7	18.649,4	3.025,9	2.798,4	77.000,2	79.798,6
Ministério Público da União	168.537,2	10.599,5	1.043,5	1.036,0	109.256,1	110.292,1	135.112,1	15.062,0	1.980,0	1.945,8	70.062,5	72.008,2
Ministério das Relações Exteriores	38.569,2	4.075,7	4.054,4	4.054,4	924,2	4.978,6	97.416,0	11.945,7	10.392,7	10.392,7	1.693,4	12.086,2
Ministério da Saúde	3.427.964,5	1.020.400,8	51.605,3	48.240,4	663.824,7	712.065,0	3.708.506,1	321.473,2	95.735,9	89.276,7	782.348,1	871.624,8
Ministério do Trabalho e Emprego	107.322,8	15.398,1	2.903,2	2.903,2	6.337,2	9.240,4	70.592,3	660,8	385,8	379,0	10.138,0	10.517,0
Ministério dos Transportes	9.702.709,6	3.359.759,3	414.447,1	351.280,4	2.494.675,6	2.845.956,0	11.330.055,5	6.102.433,8	866.120,7	806.660,2	2.830.565,7	3.637.225,9
Ministério das Comunicações	39.184,4	566,1	241,3	241,3	25.990,9	26.232,2	82.929,8	3.243,8	498,1	490,2	18.170,1	18.660,3
Ministério da Cultura	252.689,0	32.835,8	6.579,9	6.576,3	69.196,0	75.772,3	236.410,1	36.821,7	3.527,1	3.527,1	46.724,2	50.251,3
Ministério do Meio Ambiente	170.023,1	5.867,7	913,2	889,0	22.151,9	23.040,9	137.762,0	4.362,3	2.661,6	2.659,2	24.947,4	27.606,7
Ministério do Desenvolvimento Agrário	1.887.082,2	553.312,5	244.210,7	244.046,6	344.765,6	588.812,2	2.230.924,6	678.794,8	433.574,2	430.689,9	241.729,4	672.419,3
Ministério do Esporte	897.588,3	473.360,6	312,1	297,3	108.861,8	109.159,1	1.006.699,9	8.740,1	337,6	337,6	82.923,4	83.261,1
Ministério da Defesa	4.486.254,4	1.441.926,3	294.111,5	280.039,0	801.633,6	1.081.672,6	5.295.726,0	1.614.670,8	749.019,5	736.359,7	983.615,5	1.719.975,2
Ministério da Integração Nacional	4.953.703,9	1.591.600,3	86.213,2	83.358,8	806.303,4	889.662,1	5.802.948,3	1.872.403,8	594.124,5	590.981,3	1.068.694,7	1.659.676,0
Ministério do Turismo	2.002.647,6	936.026,5	22.901,5	22.854,7	534.719,7	557.574,4	2.107.212,6	90.099,9	13.831,8	13.831,8	197.740,4	211.572,2
Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome	178.013,7	48.420,2	25.437,8	25.437,8	47.456,7	72.894,5	256.355,9	70.028,8	40.637,4	40.637,4	50.924,0	91.561,4
Ministério das Cidades	5.603.691,5	2.579.818,7	154.818,1	150.364,2	2.083.109,1	2.233.473,3	8.781.231,6	3.364.513,9	647.121,4	643.905,0	1.389.726,4	2.033.631,4
<b>TOTAL</b>	<b>43.783.360,2</b>	<b>15.086.278,9</b>	<b>2.126.108,0</b>	<b>2.000.534,8</b>	<b>10.864.516,7</b>	<b>12.865.051,5</b>	<b>54.902.737,4</b>	<b>17.300.018,4</b>	<b>4.500.401,5</b>	<b>4.292.566,2</b>	<b>10.722.438,5</b>	<b>15.015.004,7</b>

Dados preliminares.

<sup>1</sup> Corresponde ao investimento dos Poderes Legislativo, Judiciário e Executivo, incluindo grupo de despesa Investimento (GND 4) e Inversões Financeiras (GND 5), com exceção do elemento de despesa Empréstimos e Financiamentos (66).

<sup>2</sup> "Despesas pagas" correspondem aos valores das ordens bancárias emitidas no Sifai após a liquidação dos empenhos. Diferem do conceito de "gasto efetivo" adotado para as informações da tabela A1 porque esse último corresponde ao valor do saque efetuado na conta única.

<sup>3</sup> Inclui Ordens Bancárias do último dia do ano anterior, com impacto no caixa no ano seguinte.

<sup>4</sup> Houve descentralização de crédito para este órgão no valor de R\$ 195,9 milhões, em 2008.

<sup>5</sup> Inclui Gabinete da Presidência, Vice-Gabinete da Presidência e Advocacia Geral da União

# Boletim FPE / FPM / IPI Exportação

## Fundos de Participação dos Estados, Distrito Federal e Municípios

Boletim -Ano XIV - nº 7 - Internet: <http://www.tesouro.fazenda.gov.br>

**JULHO / 2009**

### Comentários

Em Julho de 2009 os repasses aos Fundos de Participação de que trata o art. 159 da Constituição Federal apresentaram decréscimo de -23,3%, quando comparados aos repasses efetuados no mês anterior. As transferências a título de FPE/FPM naquele mês atingiram o montante de R\$ 4.824.337,2 (mil), ante R\$ 6.287.453,4 (mil) no mês anterior, já descontada a parcela do FUNDEB equivalente a 20%.

As informações relativas às transferências constitucionais estão disponíveis para consulta na página da Secretaria do Tesouro Nacional - STN ([www.tesouro.fazenda.gov.br](http://www.tesouro.fazenda.gov.br)).

O Banco do Brasil S/A disponibiliza em sua página na internet ([www.bb.com.br](http://www.bb.com.br)) os avisos referentes às distribuições decendiais das cotas dos Fundos de Participação com todos os lançamentos a crédito e a débito. Para efetuar a consulta, acesse: ->Governo->DAF - Distribuição da Arrecadação Federal->Clique aqui para acessar o demonstrativo.

Outras informações sobre as transferências constitucionais poderão ser obtidas por meio do telefone (61) 3412-3116. Não deixe de consultar, também, a central telefônica criada pela Secretaria do Tesouro Nacional - STN (61) 3482-6060.

### Distribuição do FPM/FPE

R\$ Mil

Origens	2008			2009			Variação Nominal		
	Junho	Julho	Janeiro a	Junho	Julho	Janeiro a	Jul/2009	Jul/2009	Jan a
			Julho			Julho			Jul/2008
							Jun/2009	Jul/2008	Jul/2008
FPM	3.124.323,8	2.830.256,9	23.198.787,7	3.215.175,1	2.466.990,7	21.986.582,5	-23,3%	-12,8%	-5,2%
FPE	2.985.464,8	2.704.467,5	22.167.729,2	3.072.278,3	2.357.346,5	20.999.312,5	-23,3%	-12,8%	-5,3%
IPI-Exp	246.344,1	271.941,5	1.711.321,7	176.098,7	161.799,3	1.229.652,0	-8,1%	-40,5%	-28,1%

Observação: já deduzido o FUNDEB - 20%

### Previsto x Realizado

MÊS	FPE		FPM		IPI-EXP	
	Estimado	Realizado	Estimado	Realizado	Estimado	Realizado
JULHO	- 21 %	- 23,3 %	- 21 %	- 23,3 %	+ 6 %	- 8,1 %

### Estimativa Trimestral

FUNDOS	AGO/JUL	SET/AGO	OUT/SET
FPM / FPE / FNE / FNO / FCO	+ 21 %	- 2 %	+ 3 %
IPI - EXP	+ 20 %	+ 11 %	- 1 %

## Demonstração da Base de Cálculo

Os valores distribuídos para cada Fundo foram originários de parcela da arrecadação do Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI e do Imposto de Renda - IR no período de 21/06/2009 a 20/07/2009, conforme demonstrativo abaixo:

R\$ Mil

Período de Arrecadação	Arrecadação Líquida			Data do Crédito	Transferências			
	IPI	IR	IPI + IR		FPE	FPM	IPI-EXP	TOTAL
JUN/3º DEC	1.537.245	5.989.482	<b>7.526.727</b>	JUL/1º DEC	1.294.597	1.354.811	122.980	<b>2.772.388</b>
JUL/1º DEC	301.094	1.401.842	<b>1.702.935</b>	JUL/2º DEC	292.905	306.528	24.087	<b>623.521</b>
JUL/2º DEC	184.153	4.291.688	<b>4.475.840</b>	JUL/3º DEC	769.845	805.651	14.732	<b>1.590.228</b>
<b>TOTAL</b>	<b>2.022.491</b>	<b>11.683.012</b>	<b>13.705.503</b>	<b>TOTAL</b>	<b>2.357.346</b>	<b>2.466.991</b>	<b>161.799</b>	<b>4.986.136</b>

Observações:

- Arrecadação Líquida = Arrecadação Bruta – Restituições – Incentivos Fiscais;
- Na arrecadação do IR e do IPI estão computadas as receitas provenientes dos acréscimos legais (juros, multas e receitas de dívida ativa);
- Nas transferências regulares foram deduzidos 20% para o FUNDEB;

## Distribuição dos Fundos

R\$ Mil

Estados	UF	FPM	FPE	IPI - EXP
ACRE	AC	12.878,2	80.644,8	23,1
ALAGOAS	AL	58.456,5	98.068,0	478,7
AMAZONAS	AM	34.621,7	65.779,4	1.948,3
AMAPÁ	AP	8.623,4	80.432,7	151,8
BAHIA	BA	224.306,1	221.501,0	10.862,5
CEARÁ	CE	128.285,9	172.956,2	1.435,2
DISTRITO FEDERAL	DF	4.040,2	16.270,4	160,5
ESPÍRITO SANTO	ES	42.424,0	35.360,2	6.636,7
GOIÁS	GO	89.347,6	67.021,7	2.563,9
MARANHÃO	MA	102.553,7	170.158,0	1.671,2
MINAS GERAIS	MG	323.326,7	105.008,0	19.456,6
MATO GROSSO DO SUL	MS	37.462,2	31.399,9	1.085,6
MATO GROSSO	MT	45.484,9	54.405,2	1.907,1
PARÁ	PA	89.645,1	144.081,0	7.512,9
PARAÍBA	PB	79.503,4	112.891,0	340,8
PERNAMBUCO	PE	123.736,3	162.661,6	993,9
PIAUI	PI	62.607,2	101.870,4	46,9
PARANÁ	PR	168.604,7	67.967,0	15.518,7
RIO DE JANEIRO	RJ	72.537,9	36.013,2	25.594,6
RIO GRANDE DO NORTE	RN	61.018,0	98.487,6	270,9
RONDÔNIA	RO	22.373,8	66.373,4	505,9
RORAIMA	RR	15.491,8	58.478,7	7,7
RIO GRANDE DO SUL	RS	167.208,3	55.510,8	19.012,9
SANTA CATARINA	SC	95.702,6	30.169,3	11.058,7
SERGIPE	SE	35.746,8	97.954,8	141,2
SÃO PAULO	SP	326.118,1	23.573,5	32.359,9
TOCANTINS	TO	34.885,8	102.308,8	52,9
<b>TOTAL</b>		<b>2.466.990,7</b>	<b>2.357.346,5</b>	<b>161.799,3</b>

Obs.: Deduzidos 20% do FUNDEB.

No Diário Oficial da União do dia 6 de novembro de 2008, foi publicada a Portaria STN nº 615, de 5 de novembro de 2008, contendo o cronograma das datas dos repasses do FPM/FPE para o exercício de 2009, disponível no sítio [www.tesouro.fazenda.gov.br](http://www.tesouro.fazenda.gov.br).

Coordenação-Geral de Normas e de Avaliação da Execução da Despesa  
 Fone: (61) 3412-3116 - Fax: (61)3412-3026  
 Email: [transferencias.stn@fazenda.gov.br](mailto:transferencias.stn@fazenda.gov.br)